

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) JORGE NERIE VELLAME

OPERAÇÃO ANFÍBIA:

é válido a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizá-la no Século XXI?

Rio de Janeiro

2007
CMG (FN) JORGE NERIE VELLAME

OPERAÇÃO ANFÍBIA:

é válido a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizá-la no Século XXI?

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Vinicius Freire Japiassú

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2007
RESUMO

A operação anfíbia remonta há 3000 anos e esteve presente em várias guerras. Na 1ª Guerra Mundial, com o mal sucedido desembarque em Galípoli, a validade dessa operação foi questionada. Entretanto, os norte-americanos, percebendo a sua importância, estudaram as causas do seu fracasso e elaboraram procedimentos e projetaram meios adequados para sua execução. Na 2ª Guerra Mundial, onde os Estados Unidos colocaram em prática a doutrina desenvolvida, as operações anfíbias se destacaram. Após a 2ª Guerra Mundial, surge, novamente, a dúvida sobre a eficácia dessas operações. Apesar disso, nos conflitos que a sucederam, ela foi empregada com êxito. No Brasil, o seu desenvolvimento iniciou com a aprovação do Regulamento do Corpo de Fuzileiros Navais de 1950, que atribuiu à parcela anfíbia da Marinha do Brasil a responsabilidade de desenvolver as operações anfíbias. Posteriormente, para implementar o adestramento nesse tipo de operação, o Corpo de Fuzileiros Navais se reorganizou e criou a Força de Fuzileiros da Esquadra e o Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais. Desde 1958, quando foi realizado o primeiro exercício de operação anfíbia, a Marinha do Brasil amplia essa capacidade, adquirindo meios e enviando oficiais para cursar nos Estados Unidos. Após a Guerra Fria, a estratégia dos Estados Unidos para o século XXI priorizou o emprego da Força Naval para assegurar o uso do mar e projetar a influência e o poder norte-americano no mundo. Tendo em vista as ameaças à Força Naval, a Marinha e o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos elaboraram os conceitos *Operational Maneuver From The Sea*, *Ship-To-Objective Maneuver* e *Sea-based Logistics*. Esses conceitos estabelecem o mar como “área de manobra” e de apoio à Força de Desembarque que se desloca dos navios, posicionados além do horizonte, diretamente para o objetivo em terra. Para viabilizá-los, novos meios foram concebidos. Entre eles se destaca o Veículo de Assalto Anfíbio Avançado, cujo cronograma de uso operacional completar-se-á em 2017, quando os norte-americanos poderão aplicar os conceitos elaborados. As transformações ocorridas, pós-Guerra Fria, no cenário mundial, reduziram o grau de previsibilidade nas relações internacionais. A situação é caracterizada pelo reordenamento das estruturas políticas, econômicas, sociais, étnicas e militares. Poderão ser causas de conflitos as disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de recursos naturais e de energia. Em 2005, a maioria dos Estados sul-americanos aumentou os gastos com a defesa gerando preocupações na região. As ameaças regionais são os litígios territoriais e o narcotráfico que poderão causar instabilidade no

continente. Com base no ambiente internacional, no entorno estratégico do Brasil e nas orientações e diretrizes estratégicas da Política de Defesa Nacional, são identificadas as possibilidades de empregar a Marinha do Brasil, por meio de operação anfíbia, na evacuação de não-combatentes, em operações de paz ou na defesa territorial. Dessa forma, se observa que a capacidade de projetar poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia está em consonância com a vontade política do País. Logo, é válido a Marinha do Brasil manter a capacidade de realizá-la no século XXI.

Palavra-chave: operação anfíbia.

RESUMEN

La operación anfibia surgió hace 3000 años y estuvo presente en diversas guerras. En la 1ª Guerra Mundial, con el desastre del desembarco en Galípoli, la validez de la operación fue contestada. Entretanto, los norteamericanos, percibiendo su valor, estudiaron las causas de su fracaso y elaboraron procedimientos y proyectaron medios apropiados para su ejecución. En la 2ª Guerra Mundial, donde los Estados Unidos pusieron en práctica la doctrina perfeccionada, las operaciones anfibia se destacaron. Después de la 2ª Guerra Mundial, surge, nuevamente, la duda sobre la eficacia de las operaciones anfibia. A pesar de eso, en los conflictos que la sucederán, ella fue empleada con éxito. En Brasil, su estudio inició con la aprobación del Reglamento del Cuerpo de Fusileros Navales de 1950, que atribuyó a la parcela anfibia de la Marina de Brasil la responsabilidad de desarrollar las operaciones anfibia. A seguir, el Cuerpo de Fusileros Navales, para permitir el adiestramiento en ese tipo de operación, se reorganizó y creó la Fuerza de Fusileros de la Escuadra y el Núcleo de la 1ª División de Fusileros Navales. Desde 1958, cuando fue realizado el primero ejercicio de operación anfibia, la Marina de Brasil amplía su capacidad anfibia, adquiriendo medios y enviando oficiales para estudiar en los Estados Unidos. Después de la Guerra Fría, la estrategia de los Estados Unidos para el siglo XXI dió prioridad al empleo de la Fuerza Naval para garantizar el uso del mar y proyectar la influencia y el poder norteamericano en el mundo. Teniendo en vista las amenazas a la Fuerza Naval, la Marina y el Cuerpo de Fusileros Navales de los Estados Unidos elaboraron los conceptos *Operational Maneuver From The Sea*, *Ship-To-Objective Maneuver* y *Sea-based Logistics*. Esos conceptos establecen el mar como “área de maniobra” y de apoyo a la Fuerza de Desembarco que se traslada de los buques, ubicados más allá del horizonte, directamente para el objetivo en tierra. Para poner en práctica esos conceptos, nuevos medios fueron producidos. Entre ellos destaca el Vehículo de Asalto Avanzado, cuyo cronograma de uso operacional estará completo en 2017, cuando los norteamericanos podrán emplear los conceptos elaborados. Las transformaciones ocurridas, póst-Guerra Fría, en el escenario mundial, redujeron el grado de la posibilidad de preverse las relaciones internacionales. La situación es caracterizada por el reordenamiento de las estructuras políticas, económicas, sociales, étnicas y militares. Podrán ser causas de conflictos las disputas por áreas marítimas, por el dominio aeroespacial y por fuentes de recursos naturales y de energía. En 2005, la mayoría de los Estados sudamericanos aumentó los dispendios con la defensa produciendo

preocupaciones en la región. Las amenazas regionales son los litigios territoriales y el narcotráfico que podrán causar inestabilidad en el continente. Con base en el ambiente internacional, en el alrededor estratégico de Brasil y en las orientaciones y directrices estratégicas de la Política de Defensa Nacional, son identificadas las posibilidades de emplear la Marina de Brasil, por medio de operaciones anfibia, en la evacuación de no-combatientes, en operaciones de paz o en la defensa del territorio. Por consiguiente, observase que la capacidad de proyectar poder sobre tierra por medio de una operación anfibia está de acuerdo con la voluntad política del País. Luego, es válido que la Marina de Brasil mantenga la capacidad de realizarla en el siglo XXI.

Palabra-llave: operación anfibia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

...From the Sea	- do Mar
1ª GM	- 1ª Guerra Mundial
2ª GM	- 2ª Guerra Mundial
AAAV	- Veículo de Assalto Anfíbio Avançado
AAe	- Antiaérea
AAV	- Veículo de Assalto Anfíbio
AD	- Defesa Aérea
Anv	- Aeronave
AOA	- Área do Objetivo Anfíbio
ASW	- Guerra Anti-Superfície
AT	- Anticarro
Bld	- Blindada
C ²	- Comando e Controle
C ² I	- Comando, Controle e Inteligência
CamAnf	- Caminhão Anfíbio
CFN	- Corpo de Fuzileiros Navais
CG	- Centro de Gravidade
CLAnf	- Carro Lagarta Anfíbio
CP	- Cabeça-de-Praia
CT	- Contratorpedeiro
DBM	- Doutrina Básica da Marinha
EB	- Exército Brasileiro
ED	- Embarcação de Desembarque
EDCG	- Embarcação de Desembarque de Carga Geral
EDVM	- Embarcação de Desembarque de Viatura e Material
EDVP	- Embarcação de Desembarque de Viatura e Pessoal
EFV	- Veículo de Assalto Expedicionário
EMA	- Estado-Maior da Armada
EUA	- Estados Unidos da América
FAB	- Força Aérea Brasileira
FAS	- Federation of American Scientists
FER	- Força de Emprego Rápido
FFE	- Força de Fuzileiros da Esquadra
FGA	- Ataque ao Solo
ForDbq	- Força de Desembarque
ForTarAnf	- Força-Tarefa Anfíbia
ForTrM	- Força de Transporte da Marinha
Forward ...From the Sea	- Avante do Mar
FT	- Força Terrestre
GERR/OpEsp	- Grupo Especial de Retomada e Resgate/ Operações Especiais
GptOpFuzNav	- Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
He	- Helicóptero
LCAC	- Embarcação de Desembarque de Colchão de Ar
LDbq	- Linha de Desembarque
LKA	- Navio Anfíbio de Carga
LPD	- Navio Plataforma Doca

LSD	- Navio de Desembarque Doca
LSM	- Navio de Desembarque Médio
LST	- Navio de Desembarque de Carros de Combate
Man	- Manual
MARMINAS	- Missão de Assistência para a Remoção de Minas da América do Sul
MARMINCA	- Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central
MB	- Marinha do Brasil
MINUSTAH	- Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MNT	- Movimento Navio-para-Terra
MP	- Patrulha Marítima
Mrt	- Morteiro
MSL	- Míssil
Mtr	- Metralhadora
N	- Navio
NDCC	- Navio de Desembarque de Carros de Combate
NDD	- Navio de Desembarque Doca
NTrT	- Navio de Transporte de Tropa
OMFTS	- Manobra Operacional do Mar
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTAN	- Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDN	- Política de Defesa Nacional
PIB	- Produto Interno Bruto
Recon	- Reconhecimento
SAM	- Míssil Superfície-Ar
SPT	- Apoio
STOM	- Manobra Navio para Objetivo
TO	- Teatro de Operações
TP	- Transporte de Tropa
TPT	- Transporte
TRG	- Treinamento
UAnf	- Unidade Anfíbia
UNMEE	- Missão das Nações Unidas para Eritreia e Etiópia
UNMIL	- Missão das Nações Unidas na Libéria
UNMIN	- Missão das Nações Unidas no Nepal
UNMIS	- Missão das Nações Unidas para a Paz no Sudão
UNMIT	- Missão Integrada das Nações Unidas no Timor-Leste
UNOCI	- Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim
UNOGBIS	- Missão das Nações Unidas na Guiné-Bissau
UNOWA	- Missão das Nações Unidas para a África Ocidental
USMC	- Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos
USN	- Marinha dos Estados Unidos
UTL	- Utilitário
VC	- Vulnerabilidade Crítica
Vtr	- Viatura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	HISTÓRICO	12
2.1	A operação anfíbia no mundo	12
2.2	A evolução da operação anfíbia na Marinha do Brasil	14
3	A OPERAÇÃO ANFÍBIA NO SÉCULO XXI	19
3.1	Considerações iniciais	19
3.2	Antecedentes.....	19
3.3	Conceitos envolvidos.....	21
4	O AMBIENTE INTERNACIONAL E O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL 27	
4.1	O Ambiente internacional	27
4.2	O entorno estratégico do Brasil	27
5	O PODER NAVAL E A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	32
5.1	Considerações iniciais	32
5.2	Orientações estratégicas	33
5.3	Diretrizes estratégicas	33
5.4	Emprego do Poder Naval.....	34
6	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICE A - QUADRO 1	50
	APÊNDICE B - FIGURA 1	51

APÊNDICE C - QUADRO 2	52
APÊNDICE D - QUADRO 3	54
APÊNDICE E - QUADRO 4	55
APÊNDICE F - QUADRO 5	57

1 INTRODUÇÃO

Segundo Corbett, a guerra no mar é parte integrante da guerra terrestre; afinal é na terra que as pessoas vivem. As guerras são realizadas pelo que ocorre em terra ou pode ocorrer nela (BRASIL, 2005b). A maioria da população mundial vive nas regiões litorâneas, onde estão localizados alguns centros urbanos de maior importância e os pólos industriais. Essas regiões são valorizadas, também, pela sua faixa marítima, por onde é movimentada a maior parcela das trocas comerciais entre os Estados litorâneos. Portanto, essa área é de grande valor estratégico.

Na dinâmica e instável conjuntura em que vivemos, percebe-se que muitos dos conflitos regionais e as violações das regras internacionais, normalmente, ocorrem no litoral ou requerem o seu envolvimento na busca da solução pelo emprego da força. Sendo assim, as áreas litorâneas constituem um cenário de grande probabilidade de emprego militar e, provavelmente, a operação anfíbia será um dos tipos de guerra naval a ser realizada para solucionar conflitos (SOUZA, 2003).

A operação anfíbia foi realizada em quase todas as guerras que ocorreram ao longo da história da humanidade. Em várias ocasiões, particularmente no século XX, foi questionada a sua eficácia. No entanto, na maioria das vezes a operação foi realizada com êxito.

Este trabalho tem o objetivo de responder se é válido a Marinha do Brasil (MB) manter a capacidade de realizar a operação anfíbia no século XXI. Para isso, descreve, resumidamente: a história da operação anfíbia no mundo e a sua evolução na MB; os conceitos doutrinários de projeção de poder sobre terra por meio de operação anfíbia empregados pela Marinha dos Estados Unidos (USN) e pelo Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (USMC) denominados *Operational Maneuver From the Sea* e *Ship-To-Objective Maneuver*; e o ambiente internacional e o entorno estratégico do Brasil. Analisa a Política de Defesa Nacional (PDN) selecionando as orientações e as diretrizes estratégicas relacionadas com o emprego do Poder Naval, particularmente com a possibilidade de projetar poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia, e identifica as situações em que a MB poderá ser empregada por meio de uma operação anfíbia, em consonância com as orientações e diretrizes estratégicas selecionadas, considerando o ambiente internacional e o entorno estratégico do Brasil.

O Capítulo 2 apresenta o histórico das operações anfíbias no mundo e a sua evolução na MB.

No Capítulo 3 é apresentada a doutrina dos Estados Unidos da América (EUA) para

a operação anfíbia no século XXI, bem como os principais meios necessários para a sua realização.

O Capítulo 4 apresenta o ambiente internacional e o entorno estratégico do Brasil.

O Capítulo 5 mostra como a MB pode ser empregada, por meio de uma operação anfíbia, em conformidade com as orientações e as diretrizes estratégicas, estabelecidas na PDN, selecionadas pelo autor, considerando o ambiente internacional e o entorno estratégico do Brasil.

No Capítulo 6, como resultado da análise dos capítulos anteriores, são apresentadas as conclusões.

2 HISTÓRICO

2.1 A operação anfíbia no mundo

A primeira operação de desembarque que a história tem registrado remonta aproximadamente há 3000 anos. Foi o ataque dos gregos sobre a cidade de Tróia, na Ásia Menor. Os gregos atravessaram o Mar Egeu, desembarcaram em praias próximas de Tróia e, após 10 anos de cerco, conquistaram a cidade (BRASIL, 1978).

Passados 700 anos, o rei persa Dario atacou os gregos utilizando uma frota anfíbia especialmente construída. Seus construtores navais desenvolveram um primitivo modelo de embarcação de desembarque, que possuía uma rampa para desembarcar os cavalos (BRASIL, 1978).

Desde a época de Dario até o fim do século XIX, o desembarque, como operação, foi empregado em vários conflitos. Destaca-se como exemplo, os desembarques de Helder pelos ingleses e de Abuquir pelos franceses, ocorridos em 1799 e 1801, respectivamente, por se constituírem em marcos históricos da guerra anfíbia, pois foram realizados segundo o que hoje se entende por operação anfíbia¹ (BRASIL, 1978).

No início do século XX, durante a campanha dos Dardanelos, foi realizado, na península de Galípoli, o primeiro desembarque anfíbio de grande escala numa praia defendida (BRASIL, 1978). A operação foi um desastre, tendo em vista o considerável número de baixas sofridas pelos aliados e pela expressiva perda de material. Com o fracasso de Galípoli, os militares concluíram que esse tipo de operação era taticamente inexecutável ou inaceitável, principalmente se o desembarque fosse numa praia defendida. Essa foi uma conclusão errada, pois a operação fracassou devido às falhas no planejamento e na execução, ou seja, foi conduzida sem surpresa, sem coordenação adequada e improvisando métodos de apoio da Força-Tarefa Anfíbia (ForTarAnf)² à Força de Desembarque (ForDbq)³. O fracasso de Galípoli levou os fuzileiros navais norte-americanos a estudarem com profundidade as operações anfíbias. Em consequência, surgiram novas técnicas, armamentos e equipamentos que aprimoraram a sua realização (CAMINHA, 1980).

¹ É uma operação militar lançada do mar, normalmente por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre litoral hostil ou potencialmente hostil. Esta operação comporta quatro modalidades: o assalto anfíbio; a incursão anfíbia; a demonstração anfíbia; e a retirada anfíbia (BRASIL, 2004c, p.4-6).

² Força organizada por tarefas, composta por forças navais, compreendendo unidades navais e aeronavais e por uma força de desembarque, criada para realizar uma operação anfíbia (BRASIL, 2007c, p.114).

³ Força organizada por tarefas, constituída de grupamentos operativos de fuzileiros navais destinados à realização de operações anfíbias. Dependendo do valor, esses grupamentos são organizados em: brigada anfíbia, unidade anfíbia e elemento anfíbio (BRASIL, 2007c, p. 111).

Na 2ª Guerra Mundial (2ª GM), as campanhas mais importantes e decisivas da Guerra do Pacífico, encetadas pelos norte-americanos, foram iniciadas por assaltos anfíbios⁴ (BRASIL, 1978).

A entrada dos EUA no conflito do Teatro Europeu foi antecedida pelos desembarques no norte da África, em 1942. Posteriormente, em julho de 1943, os norte-americanos desembarcaram nas praias da Sicília (BRASIL, 1978).

Os desembarques nas praias da Normandia, realizados em 6 de junho de 1944, foram a chave mestra para a invasão da Europa Ocidental (BRASIL, 1978).

Em agosto de 1944, foi realizada, no sul da França, a última das grandes operações anfíbias do Teatro Europeu. Essa operação teve uma contribuição importante para acelerar a derrota dos alemães na Europa (BRASIL, 1978).

Em novembro de 1949, o General Omar Bradley, chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA, disse perante a comissão das Forças Armadas da Câmara dos Deputados daquele país: “Eu prevejo que uma operação anfíbia em larga escala nunca mais ocorrerá” (BRASIL, 1978). Mais uma vez era questionada a adequabilidade, a aceitabilidade e a exequibilidade da operação anfíbia. Entretanto, menos de um ano depois, os fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram, com sucesso, em Inchon, durante a Guerra da Coreia (ROCHA, 1985).

Em 1982, no conflito das Malvinas, foram realizadas cinco operações anfíbias. Duas pelos argentinos e três pelos ingleses. Essas operações, independentemente do vulto e dos meios empregados em cada uma delas, demonstraram que a doutrina anfíbia desenvolvida pelos norte-americanos ainda permanecia válida.

Na Guerra do Golfo de 1991, a presença de uma ForTarAnf com duas brigadas de fuzileiros navais norte-americanos prontos para desembarcar, reteve considerável parcela do exército iraquiano na defesa de parte do litoral, permitindo o avanço, com rapidez e segurança, das forças de coalizão por outra área (VIDIGAL, 1982).

Em 2003, na Guerra do Iraque, foi realizado um assalto anfíbio pela 3ª Brigada Comando dos *Royal Marines*. A Unidade 40 Comando desembarcou por helicóptero, a partir dos navios *Ocean* e *Ark Royal*, enquanto que o 42 Comando e a 15ª *Marine Expeditionary Unit* realizaram movimentos helitransportados, a partir do território do Kuwait. A operação foi um sucesso, atingindo plenamente os propósitos estabelecidos (BRAGA, 2003).

⁴ Ataque lançado do mar para, mediante um desembarque, estabelecer firmemente uma ForDbq em terra. Tal desembarque é executado por meios de superfície e/ou aéreos e apoiado por meios navais e/ou aéreos (BRASIL, 2004c).

Como foi descrito acima, no século XX, a adequabilidade, a exequibilidade e a aceitabilidade da operação anfíbia foram postas em dúvida por diversas vezes. Porém, os sucessos alcançados pelos norte-americanos na 2ª GM e na Guerra da Coréia, pelos argentinos e ingleses no conflito das Malvinas, pelos norte-americanos na primeira Guerra do Golfo e, mais recentemente, pelos ingleses e norte-americanos na Guerra do Iraque, demonstram que a capacidade de realizar essa operação, além de válida, é necessária. A importância da possibilidade de projetar poder sobre terra por meio de operação anfíbia pode ser constatada quando se observa a grande quantidade de Estados que têm a competência de realizá-la (QUADRO 1, APÊNDICE A)⁵, e pela ampliação da capacidade anfíbia que está em andamento nos seguintes Estados: EUA, Reino Unido, França, Espanha, Itália, Holanda, Portugal, Grécia, Austrália, Japão, China, Filipinas, Índia, Malásia, Singapura, Sri Lanka, Taiwan e Indonésia (MONTEIRO, 2007).

2.2 A evolução da operação anfíbia na Marinha do Brasil

A necessidade de existir uma tropa anfíbia nas Forças Armadas foi verificada a partir dos inúmeros desembarques realizados, com sucesso, na 2ª GM (ASSIS FILHO, 2003).

Até 1950, a MB não possuía capacidade de projetar poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia. O Regulamento do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) elaborado em 1940 previa, dentre outras, a tarefa de realizar operações de desembarque. Entretanto, as tarefas do CFN ficavam, praticamente, restritas às ações de segurança interna. As aspirações de se tornar uma força anfíbia só foram alcançadas com o Regulamento de 1950 que atribuiu ao CFN, a responsabilidade principal pelo desenvolvimento da doutrina, da tática e do material de operações anfíbias (ASSIS FILHO, 2003).

Ainda na década de 50, foram adquiridos, no Japão, dois Navios Transporte de Tropa (NTrT) e 28 Embarcações de Desembarque de Viatura e Pessoal (EDVP). Nos anos seguintes, foram construídos dois NTrT no Brasil (NUÑEZ, 1990).

Na área do conhecimento profissional, vários oficiais do CFN foram realizar cursos no USMC para, posteriormente, difundir a doutrina anfíbia no âmbito da MB e, principalmente, no Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais, hoje Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (ASSIS FILHO, 2003).

Em 1956, foi criada a Força de Transporte da Marinha (ForTrM). A principal tarefa da

⁵ Estão relacionados apenas os Estados que possuem navios anfíbios.

ForTrM era fornecer os elementos necessários à constituição do Trem da Esquadra⁶ e atender às necessidades de transporte marítimo das Forças Armadas. O Ministro da Marinha determinou que os navios de transporte ficassem à disposição do governo, a fim de atender às necessidades de transporte marítimo da população, devido à deficiência da navegação de cabotagem nacional (ROCHA, 1990).

O CFN tornou-se apto a realizar operações anfíbias em 1957, depois de sua reorganização administrativa e da criação da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) e do Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais (ROCHA, 1990).

O primeiro exercício anfíbio conduzido pela MB foi em 1958, na praia de Jacuecanga, em Angra dos Reis, com o nome código de “Aragem”. Esse exercício foi uma incursão anfíbia⁷, onde foram empregados cinco navios, quatro helicópteros e 900 fuzileiros navais. Devido aos resultados alcançados, o Estado-Maior da Armada (EMA) recomendou que ele fosse realizado anualmente (TREITLER, 1997).

A ForTrM, em 1963, recebeu como tarefa principal transportar tropa nas operações anfíbias. Nesse mesmo ano, foi criado o Grupamento de Embarcação de Desembarque, cuja importância é vital para o movimento navio-para-terra (MNT)⁸ nas operações anfíbias (ROCHA, 1990).

Em 1964, foi criado um exercício de operação anfíbia denominado “Operação Dragão”, que pela complexidade das ações de guerra naval envolvidas, passou a ser o coroamento do ano de adestramento do setor operativo da MB. Nesse exercício, foi executado, a partir do Navio-Aeródromo “Minas Gerais”, o primeiro MNT helitransportado (COSTA, 2005).

A “Operação Dragão III”, realizada em 1967, no litoral de São Paulo, é considerada um marco na evolução do adestramento anfíbio na MB, pelo empenho do setor operativo em empregar o maior número de meios possíveis, conferindo importância a algo diferente dos exercícios de Guerra Anti-Submarino⁹ tão em voga, até então, na Esquadra (COSTA, 2005).

Em 1966, no regresso dos fuzileiros navais da Operação de Paz na República Dominicana, a MB foi convidada pela USN para participar de um exercício anfíbio combinado,

⁶ Componente orgânico de apoio logístico móvel da Esquadra, constituído de navios e embarcações específicos para aquele apoio (BRASIL, 2007c, p. 257).

⁷ A incursão anfíbia é uma operação realizada por uma Força-Tarefa Anfíbia, envolvendo uma rápida penetração ou a ocupação temporária de objetivos em terra, seguida de uma retirada planejada (BRASIL, 2004c, p. 4-6).

⁸ É a etapa da fase do assalto anfíbio que compreende o movimento ordenado de tropas, equipamentos e suprimentos dos navios de assalto para as praias selecionadas na área de desembarque, nas formações e seqüência determinadas pelo conceito da operação em terra (BRASIL, 2007c, p. 166).

⁹ Operação naval ou missão aérea executada contra submarinos inimigos, visando negar ao inimigo o uso eficaz desses meios (BRASIL, 2007, p. 177).

denominado “Operação Veritas”, realizado na ilha de Viéques, em Porto Rico. Os exercícios ocorreram no período de 1968 a 1975 (COSTA, 2005).

A participação da MB na “Operação Veritas” contribuiu para aumentar o conhecimento do pessoal em operações anfíbias, além de permitir o contato com modernos meios, tais como: o carro lagarta anfíbio (CLAnf), as grandes embarcações de desembarque (ED), navios anfíbios e material especializado de apoio ao desembarque. Foi a partir dessas experiências que a MB procurou obter material e navios apropriados para esse tipo de operação (COSTA, 2005).

Em 1970, foram adquiridos dos EUA os caminhões anfíbios (CamAnf) e Navios de Desembarque de Carros de Combate (NDCC). Durante essa década, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro construiu três Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG) com capacidade de desembarcar até 60 t de material (COSTA, 2005).

No começo da década de 80, a MB adquiriu 12 CLAnf¹⁰. Esses carros foram empregados pela primeira vez na “Operação Dragão XXII”. A incorporação dos CLAnf constituiu um passo significativo na evolução da doutrina da guerra anfíbia na MB. O emprego dessas viaturas permitiu que fossem executados desembarques em trechos do litoral, até então impossíveis de se realizar com as ED. Os CLAnf aumentaram o poder de choque e a impulsão das vagas de assalto¹¹, devido às velocidades desenvolvidas, tanto na água como no terreno e sob proteção blindada. Esse exercício foi marcado, também, pelos desembarques noturnos e pelo emprego dos helicópteros UH-14 em uma tarefa de resgate, lançados a 100 milhas marítimas da costa, voando mais de duas horas sobre o mar (COSTA, 2005).

Na década de 90, a MB adquiriu mais 14 unidades de CLAnf¹², aumentando o inventário para 22 unidades de transporte de pessoal, duas de comunicações e duas de socorro. Essas viaturas, mais modernas que as anteriormente adquiridas, vieram com algumas modificações (armamento da torre, suspensão e auxílio à navegação). Ainda nesse período, a MB incorporou dois Navios de Desembarque Doca (NDD). O NDD possibilitou o transporte das EDCG embarcadas, pois até então, elas navegavam até a área do exercício, antecedendo os navios da ForTarAnf, comprometendo a aderência com a realidade (COSTA, 2005).

O exercício “Operação Dragão XXX”, realizado em 1995, foi o que teve a maior quantidade de meios empregados. A ForTarAnf foi organizada com 23 navios, 11 helicópteros

¹⁰ Carro lagarta anfíbio da série LVTP7 (FAS, 2007).

¹¹ Conjunto de embarcações de desembarque ou viaturas anfíbias, dentro de um grupamento de embarcações, que conduzem as unidades de assalto da ForDbq, cujo instante e local de desembarque foram antecipadamente fixados (BRASIL, 2007c).

¹² Carro lagarta anfíbio da série LVTP7A1. Posteriormente, o USMC alterou a designação para AAV7A1 ou simplesmente AAV (FAS, 2007).

de diversos tipos e 1900 fuzileiros navais (TREITLER, 1997).

A aquisição das aeronaves AF-1, bem como do Navio-Aeródromo “São Paulo”, no início deste século, aumentou a capacidade anfíbia da MB (COSTA, 2005).

A “Operação Dragão” ocorreu até o ano 2001. Desde sua criação, esse exercício foi realizado nos seguintes locais do litoral brasileiro: Bahia (Ilhéus e Porto Seguro), Espírito Santo (Ponta da Fruta, Marataízes, Meaípe, Itaóca e Guarapari), Rio de Janeiro (Macaé), São Paulo (São Sebastião) e Santa Catarina (Imbituba e Itajaí) (COSTA, 2005).

A partir de 2001, por questões orçamentárias e pelas desincorporações, ocorridas nos últimos sete anos, de três navios anfíbios¹³, sendo que apenas um foi substituído (CARNEIRO, 2004), a MB, em substituição à “Operação Dragão”, passou a realizar, anualmente, na região de Itaóca-ES, o exercício denominado “UANFEX”. Esse exercício não tem a magnitude da “Operação Dragão”, ou seja, é realizado com reduzida participação de meios navais, aeronavais e, conseqüentemente, de fuzileiros navais.

A área de Itaóca-ES é excelente para o adestramento. Entretanto, julgo que realizar o exercício, seguidamente, numa mesma área, é um fator desmotivador, além de ser pouco produtor profissionalmente, pois o conhecimento prévio do terreno limita o desenvolvimento dos militares em diversas técnicas e procedimentos, uma vez que inexitem as dificuldades inerentes à execução e ao planejamento em uma região desconhecida ou pouco utilizada. Dentro da realidade orçamentária, a MB poderia se adestrar nesse tipo de operação em locais alternados, ou seja, nos anos pares em Itaóca e nos anos ímpares em outra área. Para viabilizar economicamente a proposta, esse exercício poderia envolver outros tipos de guerra naval, sendo o coroamento do adestramento do setor operativo da MB, como foi previsto em 1964, ano da criação da “Operação Dragão”. A realização desse exercício, conforme proposto, permitiria a MB conhecer outras praias do litoral, que ainda não foram reconhecidas, para serem utilizadas na defesa da soberania e da integridade territorial, quando necessário.

A história da operação anfíbia na MB se confunde com a história da “Operação Dragão”. Como foi apresentado, o seu desenvolvimento na MB iniciou a partir de 1958. Desde então, apesar das restrições orçamentárias e das desincorporações de navios anfíbios que marcaram o fim do século passado e o início deste, a MB acompanhou a sua evolução doutrinária. Essa evolução pode ser percebida quando comparamos os meios empregados na “Operação Aragem” (1958), primeiro exercício de operação anfíbia realizado pela MB, com a complexidade dos meios envolvidos na “Operação Dragão XXX” (1995). Hoje, depois de 49

¹³ Navios com características especiais para o emprego nas operações anfíbias.

anos de intensivos exercícios realizados, a MB está em um nível excelente de adestramento.

Dentre as atividades relacionadas com a tarefa básica do Poder Naval de projetar poder sobre terra¹⁴, apenas à operação anfíbia pode atingir todos os seus propósitos¹⁵, sendo que o propósito de salvaguardar a vida humana ou resgatar pessoas e materiais de interesse, está previsto, explicitamente, como uma diretriz estratégica, na PDN. Logo, se a MB perder a capacidade de realizar operações anfíbias, deixará de ser capaz de cumprir, plenamente, esta tarefa básica, que é exclusiva do Poder Naval.

3 A OPERAÇÃO ANFÍBIA NO SÉCULO XXI

¹⁴ Tarefa básica do Poder Naval que abrange um amplo espectro de atividades, que podem incluir: o bombardeio naval; o bombardeio aeronaval; e as operações anfíbias (o grifo é meu). Nessa tarefa, também, estão enquadrados os ataques a terra com mísseis, a partir de unidades navais e aeronavais (BRASIL, 2007c, p. 213).

¹⁵ A projeção de poder sobre terra pode ter um ou mais dos seguintes propósitos: reduzir o poder inimigo, pela destruição ou neutralização de objetivos importantes; conquistar área estratégica para a conduta da guerra naval ou aérea, ou para propiciar o início de uma campanha terrestre; negar ao inimigo o uso de uma área capturada; apoiar operações em terra; e salvaguardar a vida humana ou resgatar pessoas e materiais de interesse (BRASIL, 2007c, p. 213).

3.1 Considerações iniciais

O desmantelamento da esquadra soviética, ocorrido após o fim da Guerra Fria, veio a reforçar o papel da USN e assegurou-lhe um status de absoluta hegemonia. Foi na 2ª GM a última vez que a Marinha norte-americana teve a sua liberdade de manobra desafiada e foi empregada em grandes batalhas navais. Os EUA, na condução da sua política externa, valem-se, preferencialmente, do conjugado USN e USMC (SOUZA, 2003).

As características ambientais que prevalecem no litoral, sob o ponto de vista militar, têm um caráter ambíguo, pois favorecem quem defende e apresentam um quadro repleto de desafios ao atacante. A topografia e a vegetação da porção terrestre junto ao litoral podem ser exploradas por um defensor habilidoso, pois permite, com sigilo, a aproximação dos seus meios para a costa, e ocultar plataformas de lançamento de armas, que podem colocar em risco a ForTarAnf (SOUZA, 2003).

Os litorais com grande densidade demográfica influenciam no planeamento e na execução das operações anfíbias. Neles, destacam-se os centros urbanos, os complexos industriais, as fontes e estoques de energia, o tráfego marítimo e aéreo e o espectro eletromagnético do ambiente. Todas as peculiaridades acima mencionadas fazem do litoral uma região caracterizada pela atrição. A aplicação do poder militar, em uma região litorânea como a caracterizada acima, estará fortemente limitada por aspectos políticos afetos à valorização da vida humana, impondo a utilização de sistemas de armas de grande precisão e de reduzidos efeitos colaterais (SOUZA, 2003).

3.2 Antecedentes

O fim da Guerra Fria determinou mudanças na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA. Dessa forma, em 1992, a USN e o USMC, perfeitamente sintonizados com a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, elaboraram a primeira diretriz estratégica combinada para o século XXI, denominada ... *From the Sea*. Essa diretriz estratégica priorizou o emprego da força naval para assegurar o uso do mar e projetar a influência e o poder norte-americano nas áreas litorâneas do mundo, por meio de operações expedicionárias (JOHNSON, 2007).

Nos dois anos que se seguiram, preocupados com a frequência que ocorreram os

conflitos de baixa intensidade¹⁶, em diferentes regiões do mundo, o Comando da USN e do USMC ampliaram o alcance daquela diretriz. Sob o imperativo de controlar crises e evitar conflitos, explorando as características expedicionárias inerentes às forças navais, foi aprovada, em 1994, a concepção estratégica *Forward ... From the Sea*, para o emprego do Poder Naval no século XXI. Essa concepção estratégica sintetiza as prioridades do emprego do Poder Naval norte-americano, enfatizando a preparação dos recursos humanos e materiais para as regiões litorâneas de interesse daquele País, ou seja, para a realização de operações anfíbias (JOHNSON, 2007).

A definição de operação anfíbia, segundo a doutrina norte-americana, é uma operação militar lançada do mar por uma força anfíbia, embarcada em navios ou aeronaves com o propósito inicial de introduzir uma ForDbq em terra para cumprir determinada missão. Os tipos de operações anfíbias são: assalto, incursão, retirada, demonstração e outras operações anfíbias (o grifo é meu), nesse, dentre outras, são incluídas a operação de evacuação de não-combatentes e a assistência humanitária (EUA, 2001).

Um assalto anfíbio, realizado da forma tradicional, consiste, basicamente, na aproximação do litoral pela ForTarAnf, para projetar a ForDbq em terra por meio do MNT e prover o apoio de fogo e logístico a essa Força. Com o desenvolvimento do MNT cresce, em terra, o poder de combate da ForDbq, normalmente, a partir da praia de desembarque, bem como aumenta a quantidade de meios de apoio de serviços ao combate em terra.

A sistemática de projeção de poder sobre terra descrita acima, resumidamente, é lenta e prevê o estabelecimento e a conquista de uma cabeça-de-praia (CP)¹⁷. Em face das características dos meios utilizados no MNT, os navios da ForTarAnf ficam próximos do litoral, conseqüentemente expostos às ameaças do inimigo, tanto de terra como do mar. Esse ambiente é caracterizado por espaço aéreo e marítimo confinado e congestionado, podendo ser ocupado por forças amigas, neutras e pelo inimigo, difíceis de serem identificadas.

O inimigo, com um sistema de defesa integrado, defenderá o litoral desdobrando tropas e armas em posições fixas e móveis, nos locais mais propícios à realização de um assalto anfíbio. A ForTarAnf poderá encontrar várias combinações de ameaças, tais como: minas, artilharia,

¹⁶ Confronto limitado, violento, no qual, pelo menos, um dos lados não utiliza sua capacidade total. É caracterizado por ações assimétricas, onde um dos lados adota medidas de terror e guerrilha, na área de conflito (normalmente, urbana), procurando, desta maneira, atingir seus objetivos políticos (BRASIL, 2007c, p. 64).

¹⁷ Área terrestre selecionada do litoral inimigo que contém os objetivos da Força-Tarefa Anfíbia e da ForDbq que, quando conquistada e mantida, assegura o desembarque contínuo de tropa e material, proporcionando espaço de manobra para operações em terra (BRASIL, 2007c, p. 47).

mísseis, aeronaves, submarinos e pequenos barcos. O inimigo poderá tentar repelir a ForDbq durante a fase do assalto ou contra-atacar em terra para destruí-la. Poderá, ainda, empregar despistamento e contramedidas eletrônicas para frustrar os esforços da ForTarAnf na tentativa de identificar suas posições (RIPER, 1997). Outra vulnerabilidade da ForDbq é a concentração das instalações logísticas em terra, que constituem um alvo compensador, além de mobilizar tropas, para prover a sua segurança, que poderiam ser empregadas nas unidades de combate.

Para reduzir as vulnerabilidades acima mencionadas e aumentar a probabilidade da obtenção de surpresa tática¹⁸, a ForTarAnf precisaria manter os navios afastados da costa. Entretanto, os meios utilizados no MNT pelas marinhas com capacidade anfíbia, ou seja, o Veículo de Assalto Anfíbio (AAV)¹⁹ e as ED, restringem-no a distâncias não superiores a duas milhas da costa, além de só permitirem o desembarque em linhas de desembarque (LDbq) que atendam a determinados parâmetros²⁰. Essa limitação é potencializada pela necessidade de, normalmente, existir um porto ou um aeroporto na área planejada para realizar o assalto anfíbio. Esses aspectos possibilitam ao defensor antever, com certo grau de probabilidade, as áreas mais prováveis para a realização da operação e, assim, melhor organizar a sua defesa (RIPER, 1997). Portanto, para atender a essa necessidade, teriam que ser desenvolvidos meios com as seguintes características: maior velocidade na água, relativa capacidade de navegação e menor exigência na seleção de LDbq²¹. Outro aspecto seria a possibilidade de prover o apoio logístico a partir dos navios, para reduzir as instalações logísticas em terra.

3.3 Conceitos envolvidos

Em 1996, a USN e o USMC, em consonância com a concepção estratégica *Forward ... From the Sea*, apresentaram o conceito para a projeção do poder naval em terra, denominado *Operational Maneuver From The Sea* (OMFTS). Ele se baseia no desembarque além do horizonte e prevê o movimento da ForDbq, a partir dos navios, diretamente para objetivos profundos em terra, sem a necessidade de pausas para construir o poder de combate na praia ou as impostas pelos obstáculos do terreno (BEDDOES, 1997).

Para implementar esse conceito de projeção de poder, a solução vislumbrada foi

¹⁸ Aspecto do princípio da surpresa obtido mediante uso de variados métodos e processos de penetração e ataque e, também, pelo emprego de ataques diversionários (BRASIL, 2007c, p. 17).

¹⁹ O Veículo de Assalto Anfíbio (AAV) é designado por Carro Lagarta Anfíbio no CFN (COSTA, 2005).

²⁰ Os seguintes parâmetros influenciam na seleção da LDbq: marés, acesso pelo mar, correntes, gradientes de praia, trafegabilidade e saídas de praia, natureza do terreno para o interior, dados hidrográficos, etc (BRASIL, 2004b).

²¹ Segmento contínuo do litoral sobre o qual podem desembarcar tropas, equipamentos e suprimentos por meios de superfície (BRASIL, 2004b).

conceber novos meios, aproveitando as tecnologias emergentes no campo da mobilidade, navegação e comando e controle. A tríade formada pela *Landing Craft Air Cushion* (LCAC), pelo Veículo de Assalto Anfíbio Avançado (AAAV)²² e pela aeronave MV-22 *Osprey*, (FIG. 1, APÊNDICE B) permitirá à ForDbq realizar um MNT distante de, pelo menos, 25 milhas da costa, e desembarcar em LDbq impraticáveis com os meios até então disponíveis (RIPER, 1997). A concepção desses meios possibilitará alterar radicalmente a doutrina das operações anfíbias.

As características operacionais da LCAC possibilitam realizar o desembarque além do horizonte, reduzindo, dessa maneira, os riscos para os navios e pessoal em relação às defesas de terra, criando incerteza ao oponente quanto à hora e ao verdadeiro local do desembarque, permitindo a obtenção da surpresa tática pela ForTarAnf. O seu sistema de propulsão torna-a menos susceptível à ação de minas do que os outros meios destinados ao MNT por superfície. Desloca-se a uma velocidade de 40 nós, podendo transportar 24 militares ou 60 t de material. A LCAC permite realizar o assalto anfíbio em cerca de 80% dos litorais do mundo. Entretanto, devido a sua pouca blindagem, seu emprego não é recomendável nas primeiras vagas. Contudo, suas características operacionais qualificam-na como um meio indispensável para o desembarque da reserva, dos meios de apoio ao combate e no apoio logístico à ForDbq (FAS, 2007).

O AAAV²³ alcança uma velocidade de 30 nós na água e 25 milhas por hora em terra, podendo ser lançado de longas distâncias da costa. Sua grande velocidade e sua rampa hidrodinâmica elevam-no em relação à superfície líquida, tornando-o menos exposto às minas e obstáculos de águas rasas²⁴. Seu deslocamento é mais suave, deixando a tropa menos susceptível aos enjôos, bastante comuns nesses deslocamentos. O AAAV será o principal meio anfíbio de sustentação da mobilidade do USMC, podendo transportar até 18 militares equipados. Possui uma combinação de poder de fogo proporcionado por uma metralhadora 7,62 mm e um canhão de 30 mm. A sua blindagem de 4,5 mm oferece proteção contra fragmentos de artilharia de 155/152 mm até 15 m de distância (FAS, 2007).

O USMC possui 1322 AAV em seu acervo. Uma parte desses veículos passará por um programa de modernização que possibilitará o seu emprego até a prontificação do AAAV, cujo cronograma de uso operacional iniciará em 2008, com a chegada das primeiras viaturas, e

²² O AAAV é uma versão avançada do AAV (FAS, 2007).

²³ Em 2003, foi renomeado oficialmente para *Expeditionary Fighting Vehicle* (EFV).

²⁴ Área do mar compreendida entre a praia e a isóbata (linha imaginária que une os pontos de mesma profundidade) de 10 m.

complementar-se-á em 2017, depois da entrega das viaturas restantes (FAS, 2007).

Essa mudança poderá acarretar uma descontinuidade no fornecimento de sobressalentes para o Brasil e tornar inviável o custo da manutenção dos atuais AAV (CLAnf) do CFN, além de aumentar a dependência do exterior.

O MV-22 *Osprey* é uma aeronave de pouso e decolagem vertical ou em pista curta, cuja principal inovação é a sua capacidade de mudar o ângulo de seus rotores, dando-lhe características de voo vertical de um helicóptero, associada ao alcance e à velocidade de uma aeronave turbo-hélice. Foi projetada para cumprir múltiplas tarefas de apoio aerotático, devendo substituir os helicópteros CH-46E e CH-53D, atualmente em uso no USMC. Permite realizar o MNT vertical mais rápido, e com maior capacidade de carga, podendo transportar até 24 militares equipados. O emprego operacional do MV-22 está planejado para iniciar neste ano (FAS, 2007).

Quanto aos navios, o conceito de OMFTS foi fundamental na determinação dos requisitos para a sua concepção. O programa de construção de navios da classe LPD 17 (*Landing Platform Dock*)²⁵ foi planejado para substituir 27 navios anfíbios das classes LPD 4, LSD 36 (*Landing Ship Dock*), LST 1179 (*Landing Ship Tank*) e LKA 113 (*Amphibious Cargo Ship*). Até este ano, foram lançados três navios de uma série de 12 unidades: LPD 17 *San Antonio*, LPD 18 *New Orleans* e o LPD 19 *Mesa Verde* (FAS, 2007).

Além dos meios acima citados, foram desenvolvidos navios de guerra de superfície, armas de emprego tático de maior alcance e sistemas e procedimentos de Apoio de Fogo Naval, de Guerra Antiaérea, de Guerra Anti-Submarino e de Guerra Eletrônica (FAS, 2007).

A OMFTS, associada às tecnologias disponíveis, permite realizar o assalto anfíbio com rapidez, onde e quando as condições de segurança forem favoráveis, proporcionando, ainda, a surpresa tática, que é raramente possível nas operações anfíbias tradicionais. O conceito de OMFTS é denominado *Ship-To-Objective Maneuver (STOM)*, quando aplicado no nível tático²⁶ (RIPER, 1997).

O foco da STOM está em a ForDbq, aproveitando-se do controle de uma área marítima, proporcionado pela ForTarAnf, utilizar o mar como “espaço de manobra” e como base de operações, permanecendo além do horizonte, para evitar ataques do inimigo e ter mais tempo

²⁵ O LPD 17 classe *San Antonio* é um navio de guerra anfíbio com capacidade de autodefesa contra um sistema de ameaças do ambiente litorâneo, onde ele irá combater. Essa classe de navio tem a capacidade de operar os vetores LCAC, AAV e *Osprey* ou uma combinação deles (FAS, 2007).

²⁶ Nível responsável pelo emprego de frações de forças militares, organizadas, segundo características e capacidades próprias, para conquistar objetivos operacionais ou para cumprir missões específicas (BRASIL, 2007c, p. 17).

de reagir aos contra-ataques. Dessa posição de vantagem tática, a ForDbq é capaz de efetuar manobras para atacar objetivos terrestres profundos, evitando um grande número de baixas (RIPER, 1997).

Esse conceito não visa à conquista de uma CP, mas à projeção da ForDbq, rapidamente, em terra, com um poder de combate suficiente para cumprir a sua missão. O estabelecimento de uma CP é desnecessário, pois os Sistemas de Comando e Controle (C²), de Apoio Logístico e de Apoio de Fogo, permanecem baseados nos navios. A STOM emprega os fundamentos da guerra de manobra²⁷ nas operações anfíbias (RIPER, 1997).

A guerra de manobra atua fundamentalmente no campo psicológico. Busca alcançar os efeitos desejados, levando o inimigo a sentir que a resistência será inócua ou redundará em perdas inaceitáveis.

Nesse estilo de guerra, a manobra visa, por meio de ações imprevisíveis e com um ritmo superior ao do inimigo, obter uma vantagem psicológica decorrente da incapacidade do oponente reagir coerentemente.

Na guerra de manobra, evita-se o confronto direto com as unidades de combate inimigas, engajando seus Sistemas de Apoio e de C², de modo a neutralizá-los. As ferramentas básicas da guerra de manobra são a rapidez, a surpresa e a audácia. O sucesso depende de obter a surpresa e de decidir em um ritmo mais rápido do que inimigo. Algumas partes do sistema de combate do oponente poderão permanecer intactas, mas não poderão funcionar como parte do todo, ou seja, o sistema não possuirá coesão, afetando psicologicamente a força inimiga, levando-o a adotar ações que lhe são desfavoráveis. A vitória depende, fundamentalmente, da competência dos líderes. Cabe ressaltar que esse estilo de guerra não existe em sua forma pura, coexistindo simultaneamente com o estilo de guerra da atrição²⁸ (BRASIL, 2003).

A base teórica empregada na guerra de manobra é o Ciclo de Boyd. O Coronel da Força Aérea dos EUA John Boyd, em seu estudo sobre o sucesso da aviação de caça norte-americana na Guerra da Coreia, concluiu que as ações na guerra podem ser vistas de forma cíclica, em termos de tempo para Observar, Orientar, Decidir e Agir (Ciclo OODA). Segundo o Coronel John Boyd, numa primeira etapa, o comandante no campo de batalha deve observar a si mesmo, o ambiente que o cerca e o seu oponente. Na segunda etapa, baseado na percepção de sua observação, ele se orienta e captura a imagem do momento, ou seja, da situação. Em uma

²⁷ A guerra de manobra já faz parte da doutrina de emprego do CFN (BRASIL, 2003).

²⁸ Estilo de guerra que busca a consecução dos efeitos desejados pela destruição cumulativa dos meios físicos inimigos, tanto em pessoal quanto em material, trabalhando basicamente no campo físico (BRASIL, 2003, p. 3-1).

terceira etapa, fundamentado em sua orientação, o comandante decide. Em seguida, na última etapa, ele implementa as ações decorrentes da decisão tomada, conseqüentemente, a ação muda a situação anterior. Concluídas estas etapas, o comandante realiza uma nova observação, dando início a outro ciclo. Aquele que for capaz de realizar mais rapidamente o ciclo decisório, desorientará o oponente quebrando a sua coesão mental, reduzindo a sua capacidade de lidar com a situação e de decidir apropriadamente (BRASIL, 2003).

A STOM tem início além do horizonte, podendo ser um movimento por superfície, vertical ou ambos, desenvolvendo-se com surpresa e velocidade. As forças de assalto por superfície, embarcadas em AAV e LCAC com seus suprimentos e equipamentos, partem dos navios posicionados além do horizonte, seguem pelo mar, num movimento rápido e sem interrupções, para seus objetivos, penetram no litoral, desbordam os pontos fortes do inimigo, e atacam diretamente os seus Centros de Gravidade (CG)²⁹. A flexibilidade oferecida pela combinação de AAV e LCAC permite que os elementos de manobra nas vagas subseqüentes, caso avaliem ser necessário, penetrem em diferentes pontos do litoral. Durante o movimento até o objetivo, a ForDbq só deverá engajar o inimigo se isto for indispensável (RIPER, 1997).

No assalto vertical, os MV-22 e CH-53E oferecem a mobilidade que possibilita ao elemento helitransportado atacar, a partir dos navios, objetivo profundo em terra, reembarcar, e atacar outros objetivos antes que o inimigo possa reagir. Como os elementos de superfície, as unidades helitransportadas podem operar em múltiplas frentes sem se restringir aos pontos de penetração utilizados por vagas anteriores. Além disso, a autonomia e a velocidade dos MV-22 permitem múltiplos embarques e desembarques da mesma unidade, provendo flexibilidade de manobra (RIPER, 1997).

O Comandante da ForDbq poderá permanecer embarcado, tendo em vista que um Sistema de Inteligência e de Comando e Controle (C²I) aprimorado permitirá um completo controle da situação, ao mesmo tempo em que proporcionará aos comandantes subordinados informações seguras e em tempo real (RIPER, 1997).

O conceito do apoio logístico para sustentar a OMFTS e a STOM é denominado *Sea-based Logistics*. Os elementos do Componente de Apoio de Serviços ao Combate³⁰ operarão integrados aos elementos da USN, utilizando os navios da ForTarAnf como plataformas de

²⁹ Ponto essencial de uma nação, de forças militares ou de sistemas diversos, cujo funcionamento é imprescindível à sobrevivência do conjunto. Ponto de onde uma força militar (amiga ou inimiga), pelas suas características, capacidades ou localidades, extrai sua liberdade de ação, força física ou vontade de lutar (BRASIL, 2007c, p. 52).

³⁰ Este componente concentra os meios necessários ao apoio logístico da tropa em terra como um todo (BRASIL, 2003).

Apoio de Serviços ao Combate para apoiar a ForDbq, em vez de construir uma infra-estrutura logística em terra. A distribuição de suprimentos será realizada, inicialmente, por aeronaves MV-22 *Osprey*, diretamente para os elementos de manobra, onde e quando necessitarem (BEDDOES, 1997).

Como dito anteriormente, a operacionalização desses conceitos se baseia na incorporação de inovações tecnológicas de vulto e com previsões de se tornarem realidades em 2017. Sendo assim, julgo que a MB dispõe, atualmente, de meios adequados para realizar operações anfíbias de acordo com a doutrina vigente.

Os conceitos de OMFTS e STOM são o futuro da doutrina anfíbia das marinhas dos países desenvolvidos, neste contexto, a MB deve considerar a capacidade de adotá-los como uma meta a ser alcançada. Com os meios que a MB possui, pode ser realizado, atualmente, o desembarque além do horizonte, nas operações de Força Avançada³¹, com tropas de operações especiais³², de forma a manter o sigilo da operação anfíbia na preparação da área do objetivo anfíbio (AOA)³³.

Quanto ao *Sea-based Logistics*, a MB pode adotar a sua filosofia desde já, ou seja, reduzir ao mínimo as instalações logísticas em terra. Isso será possível aproveitando as facilidades logísticas existentes nos NDD e NDCC, empregando-os como plataforma de Apoio de Serviços ao Combate e utilizando o helicóptero como principal meio de distribuição de suprimentos. As instalações logísticas estabelecidas em terra serão o suficiente para atender, como alternativa, as necessidades logísticas da tropa, quando as condições meteorológicas não permitirem que a distribuição de suprimentos seja efetuada, diretamente, a partir dos navios.

³¹ A Força Avançada é uma organização por tarefas, integrante da ForTarAnf, que precede o Corpo Principal, com a função de preparar a AOA para o assalto. Normalmente, a Força Avançada é desativada quando o Corpo Principal chega à AOA, ocasião em que seus elementos constitutivos são reintegrados às suas organizações por tarefas de origem (BRASIL, 2004b, p. 3-3).

³² Tropa especialmente organizada, adestrada e equipada, para atuar em áreas hostis ou sob controle do inimigo, nas situações de crise, de conflito armado ou de guerra (BRASIL, 200c).

³³ Área operacional, onde se incluem a área de desembarque e as áreas terrestres e marítimas fronteiriças, necessárias ao cumprimento da missão do comandante da ForTarAnf (BRASIL, 2007c).

4 O AMBIENTE INTERNACIONAL E O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL

4.1 O ambiente internacional

Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia cada vez mais escassas.

Estados com grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo, podem tornar-se objeto de interesse internacional. A preservação ambiental permanece como uma das preocupações da humanidade (BRASIL, 2005a). Pode-se incluir nesse rol de ameaças os crimes transnacionais (o narcotráfico e o contrabando de armas), violações de direitos humanos, instabilidades políticas e vulnerabilidades inerentes ao processo de globalização (KILIAN JUNIOR, 2006).

Quanto às fronteiras, os últimos espaços terrestres já foram ocupados. Desta forma, elas ainda poderão ser fontes de conflitos internacionais (BRASIL, 2005a).

Os sistemas administrativos e militares dos Estados que dedicam maiores recursos financeiros à Defesa Nacional tornaram-se mais eficientes, devido aos avanços da tecnologia da informação. Em consequência, os Estados menos desenvolvidos apresentam novas vulnerabilidades que poderão ser exploradas com o propósito de inviabilizar o uso dos seus sistemas pela interferência à distância (BRASIL, 2005a).

As recentes transformações ocorridas no ambiente internacional reduziram o grau de previsibilidade das relações internacionais. O mundo pós-Guerra Fria vive um período de reajuste, apresentando uma situação mais complexa, fragmentada e problemática. Atualmente, o panorama internacional se caracteriza pelo reacomodamento das estruturas políticas, econômicas, sociais, étnicas e militares. O ordenamento internacional experimenta um sistema unipolar no campo militar que, associado às assimetrias de poder, produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz (KILIAN JUNIOR, 2006).

4.2 O entorno estratégico do Brasil

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o Brasil visualiza um entorno estratégico que extrapola o subcontinente sul-americano e inclui os Estados da costa ocidental da África (BRASIL, 2005a).

No entorno estratégico brasileiro, conforme abaixo apresentado, ainda existem

problemas relacionados com disputas territoriais:

- a) o Equador e o Peru disputam uma faixa de terra localizada nas imediações da confluência dos rios *Santiago* e *Yaupi*, embora o Acordo de Paz de Brasília tenha sido assinado por ambos;
- b) o Equador pleiteia a devolução do território da região de *Putumayo*, perdido para a Colômbia;
- c) a Bolívia reclama a posse do seu território, anexado pelo Chile na Guerra do Pacífico em 1879, que lhe permitia uma saída para o mar. Em 1930, em um novo conflito, dessa vez com o Paraguai, a Bolívia perdeu parte da região do Chaco;
- d) o Peru mantém tensas as relações com o Chile, devido a perda da região de *Arica* na Guerra do Pacífico;
- e) a Venezuela e a Colômbia têm diferenças em relação à delimitação da plataforma continental do Golfo da Venezuela;
- f) a Venezuela e a Guiana disputam a posse de *Essequibo*³⁴;
- g) a Guiana mantém um litígio com o Suriname sobre a posse de uma área de 15.000 km², localizada na região do rio *Courantine*, rica em bauxita e com grande potencial hidroelétrico; e
- h) o Chile tem diferenças com a Argentina em relação às zonas do rio *Encuentro*, bem como da *Laguna del Desierto* (KILIAN JUNIOR, 2006).

Em 2005, o orçamento militar da Bolívia foi, aproximadamente, 2,2% do seu PIB. A Bolívia e a Venezuela assinaram um acordo bilateral de defesa. Esse acordo não inspira tranquilidade, devido à maneira de condução da política de ambos os Estados. O Chile, o Peru e o Paraguai já se manifestaram preocupados com essa situação (FLORES, 2006).

A economia boliviana é baseada na exportação de insumos de energia e de soja. O desemprego é grande, a infra-estrutura, em geral, é deficiente e a falta de moradia para a população é outro problema grave. O país apresenta instabilidade política e institucional. Há uma grande migração de bolivianos para os Estados vizinhos, na busca de uma melhor opção de vida (KILIAN JUNIOR, 2006).

As importações de gás boliviano para a utilização na matriz energética e no abastecimento do parque industrial brasileiro elevam, significativamente, sob o ponto de vista estratégico, a sua importância para o Brasil (KILIAN JUNIOR, 2006).

³⁴ O Essequibo é uma região de 159.000 km², localizada na bacia do rio *Essequibo*, rica em minérios que é reivindicada pela Venezuela (CERVO, 2007).

Atualmente, observa-se na Bolívia um movimento nacionalista que é explorado por um crescente populismo político. Isso pode significar instabilidade, ruptura e isolacionismo (KILIAN JUNIOR, 2006). Não é improvável que a Bolívia apele para algum bode expiatório externo, caso venha a sofrer reveses no seu país (FLORES, 2006).

O Peru vem se rearmando. Em 2005, o seu orçamento militar foi da ordem de 1,5% do PIB. A lei peruana reverte para as Forças Armadas um percentual dos impostos pagos pela exploração de recursos naturais. As Forças Armadas peruanas têm um gasto relativamente pequeno com o pessoal, permitindo, desta maneira, mais recursos para o seu reaparelhamento (FLORES, 2006).

A volta do Sendero Luminoso ou o surgimento de outros grupos semelhantes, como consequência de uma possível deterioração da situação econômica e social do Peru, poderá gerar um complicador para a região, principalmente se esses grupos estabelecerem laços com o narcotráfico e com outras estruturas ilegais de poder. Com a intensificação do combate ao terrorismo, esses grupos têm buscado áreas menos acessíveis, onde a presença das forças do Estado é menos efetiva, ou seja, na faixa de fronteira com o Brasil (KILIAN JUNIOR, 2006).

Dentre os Estados sul-americanos, o Equador foi o que dedicou para a defesa o maior percentual do PIB em 2005 (3,7%). Resta saber como evoluirá o Equador, cujo presidente é alinhado com o presidente da Venezuela (FLORES, 2006).

Em 2005, a Argentina teve um orçamento destinado à defesa de, aproximadamente, 1,2% do PIB. No orçamento militar argentino pesam muito os gastos com pessoal (80%), restando pouco para o reaparelhamento. A nova lei de defesa nacional prevê uma revisão da doutrina e da organização do poder militar, e realiza um esforço de revitalização do desenvolvimento tecnológico e industrial de interesse militar. Recentemente, circularam notícias de que a Argentina estaria negociando com a Rússia um plano de renovação de meios, onde seria trocado equipamento militar por alimento (FLORES, 2006).

O Chile destinou, em 2005, um percentual de 3,5% do PIB para o orçamento da defesa, ou seja, o segundo da América do Sul. A lei chilena vincula, ao preparo militar, uma porcentagem da receita obtida com a exportação do cobre. A participação dos gastos com pessoal no orçamento militar chileno é uma das menores da região, porém a do reequipamento é a maior, ao menos era antes da entrada da Venezuela na corrida. Recentemente, o Chile adquiriu navios, aviões norte-americanos F-16 e carros de combate, nem tudo novo, mas em bom estado (FLORES, 2006).

A Colômbia, envolvida há quatro décadas em conflito interno, onde os atores principais são as forças legais, os paramilitares e a guerrilha, gasta relativamente muito com a

defesa. Em 2005, os gastos foram da ordem de 3,3% do PIB. A ajuda recebida dos EUA é estritamente orientada para o preparo ao combate à narcoguerrilha. O reaparelhamento das Forças Armadas colombianas aparenta estar coerente com o seu problema interno. Isto é constatado pelo seu interesse em adquirir o Supertucano, avião adequado para combater neste tipo de conflito (FLORES, 2006).

O governo venezuelano se opõe radicalmente aos EUA, à globalização e ao neoliberalismo. Para obter facilidades e vantagens na barganha política com outros Estados, utiliza o petróleo como moeda de troca. A sua associação e solidariedade com Estados fora da região, em especial com Cuba, definidos pelos EUA como perturbadores, tende a tornar mais instável a situação na América do Sul, particularmente na fronteira com o Brasil (KILIAN JUNIOR, 2006).

A Venezuela que vinha se armando discretamente, cerca de 1,4% do PIB, em 2005, aumentou, consideravelmente, os gastos com a defesa. A mídia noticiou que estão sendo adquiridos ou negociados navios, aviões, helicópteros, carros de combate, submarinos e fuzis russos (100.000 unidades). A compra de aviões espanhóis foi cancelada em razão do veto ao uso de tecnologia norte-americana. Os aviões de combate (interceptação e ataque) *Sukoi*, adquiridos recentemente, substituíram os F-16, cuja modernização teria sido bloqueada pelos EUA. As vulnerabilidades deste projeto são: a capacidade de manutenção e a complexidade de operação do material, que podem gerar uma grande dependência do apoio russo. Está previsto, ainda, a instalação de uma fábrica russa de armas leve na Venezuela (FLORES, 2006).

Verifica-se uma forte presença militar norte-americana na América do Sul, particularmente em torno da Amazônia, sob a justificativa de combater o narcotráfico e da alegação de presença de terroristas na região da tríplice fronteira³⁵ (QUADRO 2, APÊNDICE C).

Existem vários conflitos no mundo, principalmente na porção ocidental do continente Africano (QUADRO 3, APÊNDICE D), onde a não-observância das diferenças étnicas locais, por ocasião da delimitação das fronteiras dos Estados, tornou-se um dos maiores obstáculos para a consolidação de algumas nações. Os baixos níveis sócio-culturais e a falta de uma política consistente são, também, dificuldades para a evolução da região (ASSIS, 2007).

As situações apresentadas neste capítulo poderão se transformar em crises internacionais entre Estados, especialmente da América do Sul e vir a afetar os interesses do Brasil, levando o País a se envolver em conflitos regionais.

³⁵ Região entre as fronteiras da Argentina, Brasil e Paraguai.

Outra ameaça aos interesses nacionais pode ser motivada pela cobiça internacional pelas regiões ricas em recursos naturais, particularmente a “Amazônia Azul”³⁶ e a “Amazônia Verde”³⁷, ou seja, países desenvolvidos que, se valendo da justificativa de preservação do meio ambiente, venham realizar intervenções no Brasil. Portanto, esses aspectos merecem uma maior atenção por parte do Estado brasileiro.

5 O PODER NAVAL E A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

³⁶ É uma faixa litorânea com uma área de 4,5 milhões de km², onde existe uma variedade de recursos naturais que são fontes de riquezas.

³⁷ É a maior região florestal e hidrográfica do mundo. Ocupa grande parte do hemisfério setentrional da América do Sul. A parte brasileira corresponde a 42% do território nacional.

5.1 Considerações gerais

A PDN voltada, preponderantemente, para ameaças externas, é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa. A sua finalidade é estabelecer objetivos e diretrizes para o preparo e o emprego da capacitação nacional em todas as esferas do Poder Nacional. Ela foi elaborada em consonância com as orientações governamentais e a Política Externa do País, estabelecendo como premissas os fundamentos, objetivos e princípios previstos na Constituição Federal (BRASIL, 2005a).

As relações internacionais são movidas por um complexo jogo de atores, interesses e normas que podem aumentar ou limitar o poder e o prestígio dos Estados. No mundo atual, caracterizado por múltiplas influências e interdependência, os Estados, na busca por alcançar seus interesses nacionais, podem gerar associações ou conflitos de variadas intensidades. Dessa forma, a Defesa Nacional deve ser estruturada de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da região. O Brasil estabeleceu os seguintes objetivos da Defesa Nacional:

- a) a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;
- b) a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;
- c) a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- d) a promoção da estabilidade regional;
- e) a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e
- f) a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2005a).

Os objetivos são escolhidos pela política para atender aos interesses do Estado. A política, definida como a arte ou a ciência de governar, é a maneira de conduzir o Estado. A estratégia, decorrente de uma concepção política, é a arte de executá-la. Ela seleciona os meios e estabelece prioridades de emprego desses meios. A estratégia compreende a ação ou as ações necessárias para alcançar os objetivos militares (MATOS, 1986). A estratégia militar, com base nos objetivos políticos, identifica os objetivos militares, que, escalonados no tempo e no espaço e relacionados entre si, devem contribuir para a consecução do objetivo político. (CAMINHA, 1980).

5.2 Orientações estratégicas

As orientações estratégicas da PDN estabelecem que as ações de defesa do Estado brasileiro devem ter como fundamento a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito (BRASIL, 2005a).

As orientações estratégicas abaixo listadas foram selecionadas pelo autor por considerá-las diretamente relacionadas com o preparo e o emprego do Poder Naval, na projeção de poder sobre terra:

- a) a Amazônia e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional;
- b) a Defesa Nacional valoriza a ação diplomática como primeiro instrumento de solução de conflitos e adota uma postura estratégica alicerçada numa capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório;
- c) o Brasil deverá intensificar a sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais;
- d) as Forças Armadas, organizadas por meio de forças leves e flexíveis, aptas a atuarem de modo combinado e a cumprirem diferentes tipos de missões, devem, no seu preparo, enfatizar as atividades de inteligência e a capacidade de pronta resposta;
- e) as Forças Armadas poderão ser empregadas, em atendimento aos interesses nacionais, no gerenciamento de crises internacionais de natureza político-estratégica;
- f) o Brasil poderá compor uma força de coalizão, desde que autorizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para atuar em conflito de maior extensão;
- e
- g) todo o Poder Nacional será empregado pelo Estado brasileiro, com ênfase na expressão militar, em situação de conflito, no caso de ocorrer agressão ao País.

5.3 Diretrizes estratégicas

Os diversos setores do Estado brasileiro devem definir políticas e ações de forma a contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional (BRASIL, 2005a). Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas na PDN para alcançar os objetivos da Defesa Nacional, o autor destaca aquelas que, em sua opinião, estão relacionadas com a tarefa de projetar poder sobre terra:

- a) manter forças estratégicas em condições de emprego imediato para a solução de

- conflitos;
- b) dispor de meios militares com capacidade de salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
 - c) participar de missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais; e
 - d) dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

5.4 Emprego do Poder Naval

As propostas de emprego do Poder Naval, especificamente na projeção de poder sobre terra por meio de operação anfíbia, apresentadas nesta seção, foram baseadas no ambiente internacional e no entorno estratégico do Brasil, descritos no capítulo 4 deste trabalho e nas orientações e diretrizes estratégicas relacionadas, respectivamente, nas seções 5.2 e 5.3 deste capítulo.

A orientação estratégica contida na seção 5.2, alínea b estabelece a estratégia da dissuasão como estratégia básica da Defesa Nacional. A dissuasão é uma combinação de elementos políticos e militares, sendo diretamente proporcional à capacidade militar de um Estado. Baseia-se exclusivamente em elementos racionais, pois somente o prudente pode ser dissuadido, isto é, o agressor equilibrado e calculista. Para que a dissuasão seja efetiva é fundamental que o poder militar do Estado seja percebido por outros Estados.

O Estado de menor poder militar defende-se oferecendo um grau de ameaça militar que o possível agressor não possa ou não esteja disposto a pagar (MITCHELL, 1976). Portanto, para uma efetiva dissuasão é necessário ter Forças Armadas modernas, balanceadas, aprestadas e que possuam credibilidade.

A operação anfíbia é o tipo de guerra naval que projeta poder sobre terra. Essa operação é a que mais requer a realização de diversas operações componentes³⁸ e a que mais exige coordenação, no tempo e no espaço. Portanto, é a mais complexa das operações de guerra naval. Possui um caráter expedicionário e é a que mais retrata uma estratégia ofensiva (CAMINHA, 1980).

Apenas os Estados, cujas marinhas possuam navios anfíbios, meios apropriados para

³⁸ Operação componente é a realizada por uma parcela da Força operativa do Comandante, que não estará sob seu comando tático direto, para executar as tarefas que lhe foram atribuídas (BRASIL, 1993, p. 6-5).

o MNT e tropa adequadamente armada, equipada e adestrada são capazes de realizar o assalto anfíbio. Dentre os Estados da América do Sul e do Caribe que possuem meios para projetar poder sobre terra com uma operação anfíbia, na modalidade de assalto anfíbio, o Brasil é o Estado mais bem preparado para realizá-lo (QUADRO 4, APÊNDICE E). Portanto, essa capacidade confere ao País um efeito dissuasório adequado, considerando o valor estratégico da operação anfíbia.

Em consonância com a orientação estratégica da seção 5.2, alínea d e a diretriz estratégica da seção 5.3, alínea a, o Comando de Operações Navais, setor operativo da MB, mantém uma Força de Emprego Rápido (FER), composta por meios da Esquadra e da FFE, em condições de emprego imediato, apta a atuar, inclusive de modo combinado, para a solução de conflitos.

A FFE é composta por tropa profissional, cujo armamento e equipamento encontram-se no estado-da-arte, onde se destacam equipamentos de comunicações, de navegação e de visão noturna, além de armamentos de última geração. As suas unidades subordinadas são mantidas permanentemente adestradas em operações anfíbias, operações de paz, evacuação de não-combatentes e operações terrestres de caráter naval para atender às necessidades de emprego do Poder Naval.

A Força de Fuzileiros Navais, intrínseca do Poder Naval, é empregada por meio de organização por tarefas denominada de Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). O GptOpFuzNav é uma organização flexível e versátil, sendo constituído por componentes de comando, de combate terrestre, de apoio de serviços ao combate e de combate aéreo. O componente de comando é composto pelo comando do GptOpFuzNav, seu Estado-Maior e outros meios necessários. O componente de combate terrestre é integrado, basicamente, por meios de combate e de apoio ao combate. O componente de apoio de serviços ao combate é organizado com meios de apoio de serviços ao combate e outras organizações necessárias ao desenvolvimento do apoio logístico em terra. O componente de combate aéreo, quando constituído, é composto por meios de defesa AAe, meios destinados à utilização e ao controle do espaço aéreo e por meios de aviação, se a situação exigir (BRASIL, 2003).

A FFE está em condições de organizar, para compor a FER, um GptOpFuzNav do tipo Unidade Anfíbia (UANf) e um Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais (GERR/OpEsp).

A UANf é um tipo de GptOpFuzNav, cujo componente de combate terrestre é nucleado em um Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais. Possui composição ampla de modo a permitir o planejamento e o dimensionamento dos meios que estão permanentemente em

condições de pronto emprego. A composição e a organização por tarefas do GptOpFuzNav que, efetivamente, será empregado no caso de acionamento da FER, será definida ao longo do Processo do Planejamento Militar. A UAnf é capaz de realizar operações anfíbias, operação de evacuação de não-combatentes e operações de paz com capacidade de durar na ação por até dez dias sem reabastecimento, podendo ser integralmente transportada em meios navais (BRASIL, 2003).

O GERR/OpEsp é uma organização por tarefas, nucleada por elementos do Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais destinado à realização de operações de retomada de instalações e de resgate de pessoal.

A Esquadra compõe a FER com meios navais e aeronavais necessários para projetar poder sobre terra, transportar e apoiar as ações do GptOpFuzNav, parcela da Força de Emprego Rápido da FFE.

Na ocorrência de crise em um Estado, cuja instabilidade política possa representar uma ameaça à integridade física dos militares integrantes de forças de paz, membros de representações diplomáticas ou nacionais residentes que não tenham tido condições de deixarem a área em transporte convencional, o Brasil poderá empregar o poder militar para proteger, evacuar ou resgatar os não-combatentes³⁹, conforme a diretriz estratégica da seção 5.3, alínea b.

O número de brasileiros que vivem no exterior é consideravelmente grande, devido a, entre outros motivos (QUADRO 5, APÊNDICE F):

- a) ao maior número de missões de paz que o País tem participado nos últimos anos;
- b) ao aumento de intercâmbio diplomático e militar entre o Brasil e outros Estados;
- c) à participação de empresas brasileiras na execução de serviços em outros Estados, principalmente naqueles subdesenvolvidos ou em desenvolvimento; e
- d) a maior integração da América do Sul.

Nas operações de paz que o Brasil participa atualmente⁴⁰, existe a possibilidade de recrudescimento do conflito que deu origem à missão. Nessa situação, um dos contendores poderá não mais concordar com os termos do acordo que determinou a instalação da força de paz e exigir a sua retirada. Outra possibilidade seria uma desavença local colocar em risco a segurança da tropa brasileira ou, ainda, que um grupo radical isolado venha a decidir pelo

³⁹ A expressão “não-combatentes” inclui os cidadãos de outras nacionalidades indicadas pelo governo brasileiro (BRASIL, 2004c).

⁴⁰ MARMINCA, MARMINAS, MINUSTAH, UNMEE, UNMIL, UNMIN, UNMIS, UNMIT, UNOCI, UNOGBIS e UNOWA (BRASIL, 2007a).

confronto, acarretando a perda do controle da situação, obrigando à retirada dos integrantes da força de paz da área conflagrada (ZUCCARO; SOARES, 2002).

No caso de empresas brasileiras executando trabalhos no exterior ou de civis residentes, pode ser necessária a evacuação, em função de conflitos regionais, sendo sua maior probabilidade de ocorrência em países da África ou mesmo da América do Sul (QUADRO 3, APÊNDICE D), devido à instabilidade política dessas regiões (ZUCCARO; SOARES, 2002).

Quanto a participantes de missões diplomáticas brasileiras no exterior, que, à luz do Direito Internacional Público, teriam asseguradas as garantias de livre trânsito em segurança, a sua evacuação pode ser necessária, devido à atuação de grupos guerrilheiros organizados e fortemente armados que não respeitam essas garantias (ZUCCARO; SOARES, 2002).

Inicialmente, deve-se diferenciar a operação de evacuação de não-combatente da operação de resgate. Conforme a classificação da Doutrina Básica da Marinha (DBM), a evacuação de não-combatentes é realizada por meio de uma operação militar em tempo de paz (BRASIL, 2004c). São executadas para salvaguardar pessoal civil ou militar, onde exista ameaça à sua segurança ou uma situação de catástrofe. No resgate, as pessoas, civis ou militares, estão confinadas, sendo assim, o resgate será efetuado por meio de uma operação militar, cuja execução pressupõe, normalmente, um ato de força (BRASIL, 2004a).

A evacuação de não-combatente poderá ser conduzida em dois tipos de ambiente operacional: permissivo e o hostil. No primeiro, a ênfase concentra-se nas ações logísticas e no emprego da diplomacia, onde, normalmente, não são visualizadas resistências, ações hostis ou ameaças físicas à Força que a executa. O segundo ambiente, de caráter prioritariamente tático, impõe o uso da força, quando a evacuação se dará sob condições que poderão abranger distúrbios populacionais, atos terroristas, combates entre forças organizadas ou oposição de qualquer natureza (BRASIL, 2004a).

Em um Estado com acesso marítimo ou fluvial, a operação poderá ser realizada pela MB, pela Força Aérea Brasileira (FAB) ou pelo Exército Brasileiro (EB), nesse caso, somente se o Estado tiver, também, fronteira terrestre com o Brasil. Caso seja conduzida pela FAB, poderá ser singular ou combinada com o EB. Sendo realizada pelo EB, no caso do Estado ter fronteira terrestre com o Brasil, será singular, podendo ou não ser necessário o apoio da FAB.

No ambiente hostil, em um Estado com acesso marítimo ou fluvial e que não tenha fronteira terrestre com o Brasil, a MB é a força melhor capacitada para realizar a operação,

tendo em vista as características do Poder Naval⁴¹. A MB poderá utilizar a FER para evacuar os não-combatentes por meio de uma operação anfíbia. Cabe ressaltar que a MB está adestrada nesse tipo de operação, pois realiza, constantemente, exercícios de evacuação de não-combatentes no contexto de uma operação anfíbia.

No ambiente permissivo, num Estado com acesso marítimo ou fluvial e que não tenha fronteira terrestre com o Brasil, apesar da MB ser a força mais indicada para executar a operação, a FAB poderá executá-la por meio de uma operação aerotransportada⁴², singular ou combinada com o EB. Nesse caso, a escolha de qual força ou arranjo de forças será empregada, o decisor deverá atentar para os seguintes aspectos:

- a) a possibilidade de alteração da situação durante a operação. Caso ocorra, exigirá da Força que executa a operação versatilidade suficiente para mudar de postura e organização, de forma a garantir a segurança dos evacuados ou mesmo para efetuar um resgate. Ressalta-se que a versatilidade é característica intrínseca do Poder Naval.
- b) a incerteza da segurança e do controle do aeroporto para o pouso das aeronaves da FAB; e
- c) a limitada capacidade de transporte dos aviões versus a necessidade de espaço para as tropas que executarão a operação e para os evacuados.

A ONU, cada vez mais, tem empregado forças militares para o restabelecimento e a manutenção da paz. O Brasil participou de um grande número de operações de paz, com tropas ou com observadores militares, em vários Estados. Dentre eles, destacam-se os seguintes: Grécia (1947 a 1951), Israel (1956 a 1967), Nova Guiné (1962), República Dominicana (1965 e 1966), Paquistão e Índia (1965 e 1966), Nicarágua (1989 a 1992), Angola (1989 a 1999), El Salvador (1991 e 1992), Iugoslávia (1992 a 1995), Moçambique (1992 a 1994), Uganda e Ruanda (1993 e 1994), Libéria (1993), Guatemala (1994 a 2000), Equador e Peru (1995 a 1999), Croácia (1995 a 2002), Macedônia (1995 a 1999), Eslovênia Oriental (1996 a 1998), Timor Leste (1999 a 2006) e Costa do Marfim (2003 e 2004) (BRASIL, 2007b).

⁴¹ - Mobilidade: representa a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato;
 - Permanência: indica a possibilidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões;
 - Versatilidade: permite regular o poder de destruição e alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas; e
 - Flexibilidade: significa a capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão (BRASIL, 2004c, p. 1-2).

⁴² Operação que consiste no transporte, por via aérea, de tropas e de equipamentos a serem entregues no destino, mediante o pouso da aeronave (BRASIL, 2007c, p. 117).

Atualmente, o Brasil participa de missões de paz nos seguintes Estados: Chipre, Colômbia, Costa do Marfim, Costa Rica, Equador, Eritreia, Etiópia, Guatemala, Haiti, Honduras, Kosovo, Libéria, Nepal, Nicarágua, Peru, Sudão e Timor Leste (BRASIL, 2007b).

Coerente com a sua história, o Brasil fixou, na PDN, dois objetivos de Defesa Nacional, com envolvimento das forças Armadas, que se relacionam diretamente com a sua Política Externa. O primeiro é a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e o segundo a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais. Para alcançar esses objetivos, o Poder Político estabeleceu como orientação estratégica que o Brasil deverá intensificar a sua participação em missões de paz sob a égide da ONU, e como diretriz estratégica que as Forças Armadas devem estar prontas para participar de missões de paz, de acordo com os interesses nacionais.

As operações de paz, de acordo com a DBM, são classificadas como operações em tempo de paz. O Poder Naval constitui um eficaz instrumento da Política Externa quando convenientemente utilizado nesse tipo de operação (BRASIL, 2004c).

A MB poderá ser empregada como força precursora de uma operação de paz, particularmente, nas operações de manutenção da paz⁴³ ou de imposição da paz⁴⁴ para implementar as medidas preliminares de segurança e de controle no Estado em crise. Essa proposição é válida, principalmente, se for necessário o emprego de força de paz em um Estado com acesso marítimo ou fluvial e sem fronteira terrestre com o Brasil.

Nesse contexto, a MB poderá utilizar a FER, de forma semelhante ao realizado no Haiti, onde os EUA e a França, com autorização da ONU, enviaram tropas para controlar a situação, enquanto era organizada a Força da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (BBCBRASIL.COM, 2007).

No entorno estratégico do Brasil existe um grande número de fontes geradoras de conflitos, conforme foram apresentadas no capítulo 4 deste trabalho. A orientação estratégica estabelecida na seção 5.2, alínea e, prevê que as Forças Armadas poderão ser empregadas na solução de crises internacionais, de natureza político-estratégica, que venham a afetar os

⁴³ Atividades levadas a cabo no terreno, com o consentimento das partes em conflito, por militares, policiais e civis para implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogo, separação de forças, etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito. O termo deriva da expressão em inglês *peacekeeping* (BRASIL, 2007c, p. 154).

⁴⁴ Corresponde às ações adotadas ao abrigo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas, incluindo o uso de força armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o Conselho de Segurança das Nações Unidas tenha determinado a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. O termo *peace-enforcement* é internacionalmente consagrado. O mesmo que Operação de Imposição da Paz (BRASIL, 2007c, p. 135).

interesses nacionais.

Configurando a crise em um dos Estados ou entre Estados, com o propósito de restabelecer a paz e fazer cumprir as regras do direito internacional e, para defender, de maneira tempestiva, os interesses brasileiros na América do Sul ou na porção ocidental da África, a MB, isoladamente ou em conjunto com as Forças Armadas do País ou de outros Estados, poderá realizar, entre outros tipos de guerra naval, operações anfíbias, a fim de contribuir para promover a estabilidade regional, que é um dos objetivos da Defesa Nacional.

Conforme a orientação e a diretriz estratégica da PDN relacionadas na seção 5.2, alínea f e seção 5.3, alínea d, o Brasil deverá dispor da capacidade de projetar poder para, compondo uma força de coalizão, participar, eventualmente, em conflito de maior extensão, nas operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU. Sendo assim, o Poder Político poderá autorizar a organização de uma Força Expedicionária⁴⁵, com o propósito de respaldar a Política Externa do Brasil.

A capacidade de projeção de poder e a preparação de meios, segundo critérios definidos por órgãos de segurança coletiva, facilitam o planejamento e o pronto emprego do Poder Naval, quando acionado (BRASIL, 2005a). Dessa forma, à MB poderá ser atribuída a tarefa de nuclear essa Força Expedicionária para compor uma Força de Coalizão. Portanto, cresce de importância a organização de uma Força-Tarefa Anfíbia, tendo em vista que a mobilidade, flexibilidade, versatilidade e permanência são características intrínsecas do Poder Naval.

A ForTarAnf, como Força Expedicionária, estará em condições de realizar, isoladamente, operações anfíbias para cumprir uma missão específica em contribuição para um propósito mais amplo da Força de Coalizão ou, compondo uma organização combinada, participar de operações anfíbias de maneira semelhante como realizado pelos ingleses na Guerra do Iraque, onde a ForDbq, composta pela 3ª Brigada *Royal Marines* desembarcou, por helicóptero, o 40 Comando, a partir dos navios *Ocean* e *Ark Royal*, enquanto a 15ª *Marine Expeditionary Unit* e o 42 Comando realizavam uma operação helitransportada, a partir de terra, para garantir a segurança dos campos de petróleo, a segurança na península de *Al Faw* e para libertar o porto de *Ulm Qasr* (BRAGA, 2003).

A orientação estratégica relacionada na seção 5.2, alínea a, estabelece que a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional. Portanto, conforme o

⁴⁵ Força militar organizada e destinada a realizar, na sua área de responsabilidade, as operações necessárias à consecução das missões a ela atribuídas, fora do território nacional (BRASIL, 2007c, p.113).

contido na seção 5.2, alínea g, todo o Poder Nacional, com ênfase na expressão militar, será empregado no caso de ocorrer agressão ao País.

A Amazônia é o maior banco genético da Terra. Possui rica biodiversidade, 1/5 da água e 1/3 da floresta do planeta, e riquezas incalculáveis no subsolo. Isso constitui um bom motivo para uma intervenção sob o pretexto de que as questões existentes na Amazônia são de interesse da humanidade (BARBOSA, 2000).

No Atlântico Sul, além de transitar a maior parte do comércio internacional do Brasil, encontra-se a “Amazônia Azul” que é uma faixa litorânea que contém a Zona Econômica Exclusiva⁴⁶ e a Plataforma Continental⁴⁷ brasileira. Ela ocupa uma área de 4,5 milhões de km², onde existe uma variedade de recursos naturais que são fontes de riquezas que, igualmente a “Amazônia Verde” ou Amazônia Legal⁴⁸, poderá vir a ser motivo de cobiça internacional.

Configurada uma situação de conflito na Amazônia ou no Atlântico Sul, no caso específico deste trabalho, visualiza-se que, após o estudo da situação, a MB poderá ser empregada para realizar um assalto anfíbio, uma incursão anfíbia ou ambas as operações, na região da foz do rio Amazonas, por ser aquela o acesso natural à bacia Amazônica, ou em qualquer outra parte do litoral brasileiro, inclusive nas ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade para alcançar um dos propósitos⁴⁹ das operações citadas.

Ocorrendo uma intervenção na Amazônia ou no ambiente operacional do Atlântico Sul, por um Estado com força superior a do Brasil e, que tenha obtido sucesso no estabelecimento de forças em terra, a Força Terrestre (FT), juntamente com a FAB, é que terá a maior participação na defesa do território nacional. Nessa situação, a MB ficará com a liberdade

⁴⁶ É uma zona com a extensão máxima de 200 milhas marítimas a partir das linhas de base, referência para medir a largura do mar territorial, onde o Estado tem o direito de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo (ONU, 1982).

⁴⁷ Compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. O Estado costeiro exerce direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, ou seja, os recursos minerais e outros recursos não-vivos do leito do mar e subsolo, bem como os organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias, isto é, aquelas que no período de captura estão imóveis no leito do mar ou no seu subsolo ou só podem mover-se em constante contato físico com esse leito ou subsolo. (ONU, 1982).

⁴⁸ A região formada pelos seguintes Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

⁴⁹ O assalto anfíbio pode ter os seguintes propósitos: conquistar área para o desencadeamento posterior de ofensiva terrestre; negar o uso de áreas ou de instalações ao inimigo; ou conquistar uma área para o estabelecimento de base avançada. Os propósitos da incursão anfíbia são: destruir ou neutralizar objetivos; obter informações; executar operações de despistamento; e capturar, evacuar ou resgatar pessoal e material (BRASIL, 2004c).

de navegação restringida, entretanto, poderá realizar incursões anfíbias, em qualquer das regiões acima citadas, empregando uma Força Naval de pequeno vulto ou de operações especiais numa Ação de Comandos⁵⁰, utilizando largamente de despistamento e ações sigilosas para obter um dos propósitos da incursão anfíbia.

No caso de agressão realizada por um Estado com poder de combate igual ou inferior ao nosso, o Poder Naval, independentemente do arranjo de forças estabelecido, poderá ser empregado em ações ofensivas para a defesa do território nacional, realizando assalto e/ou incursões anfíbias onde e quando for necessário.

Em ambas as situações, o Poder Naval deverá buscar, preferencialmente, atacar o CG do inimigo.

Nos níveis operacional e tático, o CG poderá ser a capacidade de engajamento a certa distância ou forças militares situadas em determinadas áreas. O CG é a fonte de todo poder. O comprometimento do CG implicará em uma redução significativa da capacidade do inimigo de influir nas ações. Dessa forma, deve-se aproveitar as oportunidades para atacar os seus pontos fracos. Esses pontos são chamados de Vulnerabilidades Críticas (VC) que ao serem exploradas resultarão na desestabilização ou destruição do CG do inimigo. Mediante a análise das VC, os objetivos militares podem ser selecionados, por exemplo: linhas de suprimentos das forças inimigas no Teatro de Operações (TO), um flanco exposto, instalações logísticas, etc (BRASIL, 2003).

A capacidade da MB de projetar poder sobre terra, por meio de operações anfíbias, está em harmonia com as orientações ou diretrizes estratégicas da PDN, selecionadas pelo autor, tendo em vista que:

- a) a capacidade que um Estado tem de realizar operação anfíbia, em particular o assalto anfíbio, gera um efeito dissuasório;
- b) a manutenção de uma FER com característica expedicionária, dotada de equipamentos e armamentos modernos, capaz de realizar, dentre outras, operações anfíbias, demonstra a firme determinação de cobrar um preço elevado por qualquer agressão à soberania do País;
- c) entre as marinhas dos Estados da América do Sul e do Caribe, a MB tem capacidade destacada de realizar o assalto anfíbio, operação que mais retrata uma estratégia ofensiva;

⁵⁰ Tipo de operação especial realizada por tropa habilitada, de valor e constituição variáveis, por intermédio de uma infiltração terrestre, aquática ou aérea, contra alvos de valor estratégico, operacional ou crítico, sob o ponto de vista tático, localizados em áreas hostis ou sob controle do inimigo (BRASIL, 2007c, p. 16).

- d) a MB, por meio de uma operação anfíbia, é a força mais apropriada para realizar a operação de evacuação de não-combatentes, em um Estado com acesso marítimo ou fluvial e sem fronteira terrestre com o nosso País, devido às características do Poder Naval, principalmente a versatilidade;
- e) é coerente a MB, quando determinado, realizar uma operação anfíbia com a FER, para atuar como força precursora de uma operação de paz, provendo, tempestivamente, um ambiente seguro até a organização e chegada da força de paz;
- f) operações ofensivas, particularmente o assalto anfíbio e a incursão anfíbia, poderão ser realizadas pela MB, a fim de contribuir para garantir a soberania, o patrimônio e a integridade territorial; e
- g) à MB poderá ser determinado organizar uma ForTarAnf, núcleo de uma força expedicionária, com capacidade de projetar poder sobre terra por meio de operações anfíbias, para compor uma força de coalizão.

Sendo assim, julgo que a MB tem o respaldo do Poder Político para manter a capacidade de realizar esse tipo de operação.

6 CONCLUSÃO

A evolução da operação anfíbia, para a forma como é executada atualmente, ocorreu no século passado. Nos principais conflitos deflagrados, desde a 1ª Guerra Mundial (1ª GM) até os dias atuais, essa operação foi empregada e, na maioria das vezes, proporcionou resultados favoráveis, demonstrando ser importante e necessário que as marinhas dos Estados possuam a capacidade anfíbia.

A MB realiza exercícios de operação anfíbia desde 1958. Nos 49 anos de atividades, a MB acompanhou a sua evolução doutrinária e alcançou um excelente nível de adestramento nesse tipo de guerra naval.

A doutrina da operação anfíbia, liderada pelos EUA, está evoluindo de forma a ser realizada segundo os conceitos da OMFTS, STOM e da *Sea-based Logistics*. Porém, devido às pendências de prontificação e entrega do AAV e do MV-22 *Osprey*, meios necessários à sua implementação, somente em 2017 é que os EUA poderão por em prática, integralmente, os conceitos mencionados.

A OMFTS, a STOM e a *Sea-based Logistics* são de caráter operacional, cujas filosofias são válidas para a MB, particularmente os procedimentos de desembarque além do horizonte, diretamente para o objetivo, sem a necessidade do estabelecimento de uma CP, e a redução das instalações logísticas em terra. Além disso, a MB deve acompanhar as técnicas e os procedimentos de projeção de poder utilizados pelas marinhas dos países desenvolvidos, particularmente os Estados signatários da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), para que, quando determinado, tenha a capacidade de participar de forças multinacionais, de forma a respaldar a Política Externa do Brasil.

Tendo em vista o risco de descontinuidade do fornecimento de sobressalentes do AAV (CLAnf), a MB poderia incluir no seu Programa de Reparelhamento a aquisição do AAV. Entretanto, para o desembarque além do horizonte, esse meio não é suficiente, seria necessário incluir, também, a LCAC para desembarcar a reserva e os meios de Apoio ao Combate, e ser empregada no apoio logístico à tropa em terra.

Enquanto não são adquiridos os AAV, a MB pode, pelo menos, por em prática desde já, nas operações de Força Avançada, o desembarque além do horizonte dos elementos de operações especiais, de forma a incorporar esse novo conceito, pois os meios que a MB dispõe são suficientes para implementá-lo nesse tipo de operação.

Até que o AAV seja comercializado, os Estados com vocação anfíbia continuarão seguindo a doutrina atual, introduzindo apenas os procedimentos que os meios disponíveis

permitirem.

A doutrina da USN e do USMC prevê “outras operações anfíbias” como o quinto tipo dessa operação que pode ser realizada por aquelas forças, além de assalto, incursão, demonstração e retirada. Nesse tipo de operação anfíbia, são enquadradas, entre outras, a evacuação de não-combatentes e a assistência humanitária.

A MB tem realizado exercícios de operações anfíbias no contexto de evacuação de não-combatentes. Teoricamente está em desacordo com a DBM pelos seguintes aspectos:

- a) os propósitos das modalidades de operações anfíbias (assalto, incursão, demonstração e retirada) não contemplam a evacuação de não-combatentes; e
- b) a operação anfíbia é um tipo de operação de guerra naval, enquanto a evacuação de não-combatentes é uma operação militar em tempo de paz.

Tendo em vista a tendência doutrinária, inclusive já utilizada pelos EUA, seria apropriado que a MB adotasse, também, a modalidade “outras operações anfíbias” atribuindo-a os seguintes propósitos: evacuação de não-combatentes; assistência humanitária; e operações de paz, desde que devidamente enquadradas na definição genérica de operação anfíbia, ou seja, uma operação militar lançada do mar (o grifo é meu), normalmente por uma Força-Tarefa Anfíbia, sobre litoral hostil ou potencialmente hostil. Essa proposta se justifica ao verificar que a doutrina, a tática, a técnica e os procedimentos de condução das operações anfíbias são dinâmicos, ou seja, evoluem para se adaptar às novas tecnologias, ameaças e necessidades.

As orientações e diretrizes da PDN respaldam o emprego do Poder Naval na projeção de poder sobre terra por meio de operação anfíbia para: evacuar não-combatentes; realizar operações de paz; atuar em conflitos de maior extensão compondo uma força de coalizão, desde que autorizado pela ONU; e para garantir a soberania e a integridade territorial, além da contribuição para a dissuasão.

Portanto, concluo que é válida a manutenção da capacidade da MB de projetar poder sobre terra por meio de uma operação anfíbia no século XXI pelos seguintes motivos:

- a) a operação anfíbia ainda é uma operação válida conforme demonstrado pelo seu emprego nos conflitos ocorridos após a 1ª GM;
- b) a experiência adquirida pela MB e o excelente nível de adestramento alcançado, nesse tipo de operação, durante 49 anos de exercícios, não devem ser desperdiçados;
- c) a operação anfíbia é a única forma de projetar poder sobre terra que pode cumprir todos os propósitos dessa tarefa básica do Poder Naval;
- d) os meios de que dispõe a MB são adequados para realizar operações anfíbias em conformidade com a doutrina vigente;

- e) o grande número de Estados com a capacidade de projetar poder sobre terra por meio de operação anfíbia, demonstra a importância desse tipo de guerra naval;
- f) a capacidade de um Estado realizar uma operação anfíbia, em particular o assalto anfíbio, gera um efeito dissuasório; e
- g) as orientações e diretrizes estratégicas da PDN permitem o emprego da MB na projeção de poder sobre terra por meio de operação anfíbia, ou seja, a realização dessa operação está em harmonia com a vontade política do País.

REFERÊNCIAS

ASSIS FILHO, Jaime Florêncio de. Exercícios Interaliados com os Estados Unidos da América – As Operações Veritas. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 93-102, 2003.

ASSIS, Kleber Luciano de. **A Marinha do Brasil: Aspectos estratégicos**. Rio de Janeiro, 2007. Aula inaugural do Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval em 5 mar. 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.radiobras.gov.br/especiais/euamerica/mapa.php>> Acessado em: 2 ago. 2007.

BARBOSA, Hélio Carvalho. **A cobiça internacional pela Amazônia legal**. Rio de Janeiro, 2000.

BCCBRASIL.Com. **Tropas dos EUA e da França desembarcam no Haiti**. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/03/040301_haitims2.shtml> Acessado em: 27 maio 2007.

BEDDOES, Mark W. **Logistical implications of Operational Maneuver From The Sea**. 1997. 44 f. Tese (Postgraduate) - Naval Postgraduate School, Monterey, California, 1997. Disponível em: <<http://stinet.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA333347&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf>>. Acessado em: 23 maio 1997.

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. O papel das Forças de Fuzileiros Navais na Guerra do Iraque. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 43-54, 2003.

BRASIL. Centro de Instrução de Operações de Paz. **Missões em andamento**. Disponível em: <<http://www.cioppaz.ensino.eb.br/>>. Acessado em: 12 jul. 2007a.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual de Evacuação de Não-Combatentes por Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. CGCFN-2300. Rio de Janeiro, 2004a.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo e Fuzileiros Navais. **Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. CGCFN-2200. Rio de Janeiro, 2004b.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual de Organização e Emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. CGCFN-1000. Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **Manual para instrução de planejamento da Força de Desembarque**. CGCFN 1302. Rio de Janeiro, 1993.

BRASIL. **Decreto nº 5.484** de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União n. 125 de 1º de julho de 2005. Brasília, DF, 2005a.

BRASIL. Escola de Guerra Naval. **Guia de Estudos de Estratégia**. EGN-304A. Rio de Janeiro, 2005b.

BRASIL. Escola de Guerra Naval. **Operações Anfíbias**. EGN-440. Rio de Janeiro, 1978.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **Doutrina Básica da Marinha**. EMA-305. Brasília, DF,

2004c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Atribuições do Estado-Maior de Defesa e as principais características dos seus órgãos componentes**. Brasília, DF, 2007. Palestra proferida no Ministério da Defesa em 26 abr. 2007b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. Brasília, DF, 2007c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Estimativa de brasileiros residentes no exterior**. Brasília, DF: Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, 2005c. Relatório.

CAMINHA, João Carlos Gonçalves. **Delineamentos da Estratégia**. Rio de Janeiro, 1980.

CARNEIRO, Mário Roberto Vaz. As desincorporações na MB. **Segurança e Defesa**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 40-43, 25 ago. 2004.

CERVO, Amado Luiz. **A Venezuela e seus vizinhos**. Disponível em: <www.mre.gov.br/ipri/Papers/Venezuela/Amado%20Cervo.doc>. Acessado em: 20 maio 2007.

CHIPMAN, John. **The military balance**. Londres: Routledge Journals, 2006.

COSTA, Carlos Augusto. **Da praia de Caiena às ruas do Haiti**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). U. S. Marine Corps. **Marine Corps Operations**. MCDP1-0. Washington, DC, 27 set. 2001.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS (FAS). **Military Analysis Network**. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/aaav.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2007.

FLORES, Mario Cesar. Rumos estratégicos da América. **Revista do Clube Naval**, Rio de Janeiro, n. 340, p. 34-36, out./nov./dez. 2006.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina. **Manual para normatização de publicações técnico-científicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

JOHNSON, Jay L. Forward ... From the Sea: **The Navy Operational Concept**. Disponível em: <<http://www.navy.mil/navydata/policy/fromsea/ffseanoc.html>>. Acessado em: 25 jul. 2007.

KILIAN JUNIOR, Rudibert. A Evolução da Conjuntura no “Entorno Estratégico” do Brasil e seus Reflexos para o CFN. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 9-18, 2006.

MATOS, Carlos de Meira. **Estratégias militares dominantes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

MITCHELL, Rubén A. Ramírez. **Resúmenes de estratégia**. Buenos Aires: Escuela de Defensa Nacional, 1976.

MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. **O Comando-Geral e o Corpo de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2007. Palestra proferida na Escola de Guerra Naval em 18 jun. 2007.

NUÑEZ, Cosme. A evolução das operações Dragão. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, edição especial, p. 37-46, jan.1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar**. Montego Bay, Jamaica, 1982.

RIPER, Paul K. Van. A concept for Ship-To-Objective Maneuver. **Marine Corps Gazette**, v. 81, n. 11, p. A1-A10, nov. 1997.

ROCHA, Raymundo Sant' Anna. Minha experiência com as Operações Anfíbias. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, edição especial, p. 31-36, jan.1990.

ROCHA, Raymundo Sant' Anna. Operações Anfíbias. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 718, p. 27-44, mar./abr.1985.

SOUZA, Fernando Irineu de. Guerra de Litoral: das águas azuis... para as águas marrons. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 3-16, 2003.

TREITLER, Sérgio. Três décadas de Operação Dragão. **Revista Especial do Clube Naval**, Rio de Janeiro, p. 20-30, mar. 1997.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Guerra do Golfo: uma análise político-estratégica e militar. **Revista Marítima Brasileira**. Serviço de Documentação da Marinha, Rio de Janeiro: n. 1/3 e 4/6, jan./mar. e abr./jun. 1982.

ZENTGRAF, Maria Cristina. **Introdução ao estudo da metodologia científica**. Rio de Janeiro: COPEAD/UFRJ, 2006. Módulo de ensino.

ZUCCARO, Paulo Martino; SOARES, Jorge Armando Nery. Evacuação de não-combatentes, tarefa do conjugado anfíbio. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 4-11, 2002.

APÊNDICE A – Quadro 1

QUADRO 1

Estados com capacidade de projetar poder sobre terra por meio de operação anfíbia

CONTINENTE	PAÍS	CONTINENTE	PAÍS
Europa.....	Azerbaijão	Ásia.....	Austrália
	Bulgária		China
	Espanha		Coréia do Norte
	França		Coréia do Sul
	Grécia		Filipinas
	Holanda		Iêmen
	Itália		Indonésia
	Polônia		Índia
	Reino Unido		Japão
	Sérvia		Malásia
	Turquia		Singapura
	Ucrânia		Sri Lanka
	Rússia		Tailândia
	África.....		Algéria
Egito		Vietnã	
Eritréia		Brasil	
Gabão		Chile	
Líbia		Equador	
Marrocos		Peru	
Nigéria		Venezuela	
Oriente Médio.....	Iran	América Central.....	México
	Líbano	América do Norte.....	Estados Unidos
	Oman		
	Síria		

Fonte: CHIPMAN, 2007.

Nota: Somente foram considerados os Estados cujas Marinhas possuem navios anfíbios. Dentre os Estados constantes do quadro, somente os EUA, Grécia, Reino Unido, Ucrânia, Rússia, Iran, Sri Lanka, China, Japão e Coréia do Norte possuem LCAC. Os demais Estados ainda utilizam ED ou AAV para realizar o MNT.

APÊNDICE B - Figura 1



FIGURA 1 – Meios utilizados para o movimento navio-para-terra

a) Veículo de Assalto Anfíbio Avançado b) *Landing Craft Air Cushion* c) Aeronave M-22 *Osprey*.

Fonte: FAS, 2007.

APÊNDICE C - Quadro 2

QUADRO 2

Presença dos EUA na América do Sul

(Continua)

PAÍS	ATIVIDADE
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> – Os radares posicionados cobrem, provavelmente, o sul do Brasil. – Emprego de avião da USN no auxílio ao combate ao terrorismo na Tríplice Fronteira.
Bolívia	<ul style="list-style-type: none"> – Posicionamento de radares – Cerca de 5 mil norte-americanos participam de atividades militares e policiais em localidades bolivianas. – Cerca de 500 militares norte-americanos atuam no levantamento de possíveis grupos armados em <i>Chapare</i> e <i>Yungas</i> que possam resistir às ações contra o narcotráfico. – Pista de pouso e instalações militares norte-americanas localizadas em <i>Chimoré</i>.
Chile	<ul style="list-style-type: none"> – Auxílio de militares norte-americanos para execução de trabalhos civis.
Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> – Cerca de 500 militares dos EUA prestam apoio ao Plano Colômbia. – Assistência militar e policial dos EUA em treinamento, equipamento e armamento. – Estações de radar norte-americanos localizadas em <i>San Andrés</i>, <i>La Guajira</i> e <i>Letícia</i>.
Equador	<ul style="list-style-type: none"> – Base Aérea norte-americana de Manta com aeronaves E-2, AWACS e P-3C – Cerca de 470 norte-americanos atuam na base de Mantra, sendo que os equatorianos não têm acesso às certas áreas. – Forças Especiais dos EUA recebem treinamento para atuar no ambiente operacional da selva amazônica.
Guiana	<ul style="list-style-type: none"> – Oficial norte-americano trabalha em conjunto com Forças de Defesa da Guiana. – Ajuda militar, econômica e humanitária e treinamento das Forças de Defesa da Guiana.
Paraguai	<ul style="list-style-type: none"> – Ações conjuntas com o exército paraguaio. – Militares dos EUA no Centro de Instrução Militar de Operações Especiais em <i>Assunción</i>. – Pista de pouso para qualquer tipo de aeronave e apoio às operações norte-americanas localizada na região de <i>Mariscal Estigarribia</i>. – Financiamento dos sistemas de iluminação das pistas de pouso asfaltadas de <i>Coronel Olviedo</i>, <i>Salto del Guairá</i> e <i>Pedro Juan Caballero</i>.

QUADRO 2

Presença dos EUA na América do Sul

(Conclusão)

PAÍS	ATIVIDADE
------	-----------

Peru	<ul style="list-style-type: none"> – Apoio às Forças Armadas Peruanas com grupo de ajuda militar. – Possui radares de grande alcance em <i>Iquitos</i>, <i>Yurimaguas</i>, <i>Caballococha</i> e <i>Santa Rosa</i> que são operados total ou parcialmente por norte-americanos. – Utilizam as bases aéreas de <i>Chiclayo</i>, <i>La Joya</i>, <i>Pucallpa</i> e <i>Puerto Esperanza</i>. – Ampliação da pista de pouso, próxima à fronteira brasileira, no Acre, para ativação de uma base aérea compartilhada. Em <i>Pucallpa</i> e em <i>Puerto Esperanza</i> ficam as aeronaves do Departamento de Combate as Drogas (DEA). – Operações da companhia militar privada dos EUA <i>Aviacion Development Corp</i> na fronteira Brasil-Peru.
Suriname	<ul style="list-style-type: none"> – Oficial norte-americano trabalha em conjunto com as Forças Armadas do Suriname. – Realiza ações militares cívico-sociais no interior do país.
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> – Realiza exercício anualmente com as Forças Aéreas do Uruguai e a Operação Unitas com a Marinha do Uruguai.

Fonte: BANDEIRA, 2007

APÊNDICE D – Quadro 3

QUADRO 3

Conflitos existentes no mundo

CONTINENTE	PAÍS	SITUAÇÃO	
África.....	Angola.....	Litígios de fronteira	
	Chad.....	Guerra Civil	
	Congo.....	Guerra Civil	
	Costa do Marfim.....	Guerra Civil	
	Sudão.....	Guerra Civil	
	Somália.....		Litígios de fronteira
			Guerra Civil
	Ruanda.....		Litígio de fronteira
			Movimento separatista
	Ruanda.....	Litígios de fronteira	
	Uganda.....	Graves problemas internos	
	Marrocos.....	Graves problemas internos	
	Argélia.....	Graves problemas internos	
	Etiópia.....	Litígios de fronteira	
	Nigéria.....	Graves problemas internos	
	Camarões.....		Litígio de fronteira
		Litígio de fronteira	
Rep. Central Africana.....	Graves problemas internos		
Europa.....	Espanha.....	Movimento separatista	
	Grécia.....	Movimento separatista	
	Sérvia.....	Movimento separatista	
Oriente Médio.....	Israel.....	Movimento separatista	
	Armênia.....	Movimento separatista	
	Chechenia.....	Movimento separatista	
	Iêmen.....	Guerra Civil	
	Iran.....	Graves problemas internos	
	Iraque.....	Graves problemas internos	
	Afeganistão.....	Guerra Civil	
Ásia.....	Paquistão.....	Graves problemas internos	
	Índia.....	Graves problemas internos	
	Cachemira.....	Graves problemas internos	
	Timor Leste.....	Graves problemas internos	
	Nepal.....	Movimento separatista	
	Filipinas.....	Movimento separatista	
	Myanmar.....	Movimento separatista	
América Central....	Haiti.....	Graves problemas internos	
	Guatemala.....	Graves problemas internos	

Fonte: MONTEIRO, 2007

APÊNDICE E - Quadro 4

QUADRO 4

Meios das Marinhas dos Estados da América do Sul e do Caribe com capacidade de projetar

poder sobre terra por meio de um assalto anfíbio

(Continua)

Meios	PAÍSES					
	Brasil	Chile	Equador	Peru	Venezuela	México
Marinha.....	32.850	19.398	5.500	25.000	18.300	37.000
Submarino tático....	5	4	2	6	2	-
Cruzador.....	-	-	-	1	-	-
N Aeródromo.....	1	-	-	-	-	-
Corveta.....	4	-	6	-	-	-
CT.....	1	2	-	-	-	1
Fragata.....	9	6	2	6	6	7
Patrulha.....	32	25	15	13	6	184
Varredor.....	6	-	-	-	-	-
NDD.....	2	-	-	-	-	-
NTrT.....	1	1	-	1	-	-
LSM.....	-	2	-	-	-	-
NDCC.....	1	3	1	4	4	3
EDCG.....	3	-	-	-	2	-
EDVP.....	35	-	-	-	12	-
EDVM.....	4	-	-	-	-	-
Anv FGA.....	20	-	-	-	-	-
Anv ASW.....	-	-	-	1	-	-
Anv MP.....	-	3	-	5	3	-
Anv TPT.....	-	17	5	2	12	18
Anv UTL.....	-	-	-	-	1	3
Anv TRG.....	3	6	6	5	-	32
Anv SPT.....	-	-	-	-	-	1
He ASW.....	25	-	-	3	-	-
He SPT.....	26	-	-	4	-	23
He Recon.....	-	-	-	-	-	10
He UTL.....	-	17	6	11	14	-
He TRG.....	13	-	4	-	-	-

QUADRO 4

Meios das Marinhas dos Estados da América do Sul e do Caribe com capacidade de projetar poder sobre terra por meio de um assalto anfíbio

(Conclusão)

Meios	PAÍSES					
	Brasil	Chile	Equador	Peru	Venezuela	México
Fuzileiros.....	14.600	3.500	1.700	4.000	7.800	8.700
Carro de Combate.....	17	12	-	-	-	-
Vtr Bld TP.....	45	25	-	35	35	-
CLAnf (LVTP7).....	12	-	-	-	11	25
CLAnf (AAV7A1)...	14	-	-	-	-	-
Obus 155 mm.....	8	28	-	-	-	-
Obus 105 mm.....	18	16	-	-	18	16
Mrt 122 mm.....	-	-	-	-	-	6
Mrt 120 mm.....	8	-	-	18	-	-
Mrt 81 mm.....	...	50	-	...	-	100
AT MSL.....	...	-	-	-	-	-
AT 106 mm.....	8	30	-	...	-	...
AT 84 mm.....	-	-	-	...	-	-
AT 89 mm.....	...	-	-	-	-	-
AD SAM Man.....	-	...	-	-	-	-
AAe 20/25/40 mm....	6	-	-	...	6	...

Fonte: CHIPMAN, 2006

Nota: Os meios NDD, LSM e NDCC são navios anfíbios. Este tipo de navio possui facilidades de apoio de serviço ao combate que podem ser usadas para atender as necessidades logísticas da ForDbq, tais como oficinas de vários tipos, sala de cirurgia, odontologia, enfermarias, paióis, frigoríficas, etc.

APÊNDICE F - Quadro 5

QUADRO 5

Estimativa de brasileiros residentes no exterior e em operação de paz

PAÍS	Total	PAÍS	Total	PAÍS	Total
África do Sul.....	1.456	Gabão.....	55	Paraguai.....	81.518
Alemanha.....	136.438	Gana.....	70	Peru.....	3.974
Angola.....	7.018	Grécia.....	7.351	Polônia.....	306
Argélia.....	10	Guatemala.....	834	Porto Rico.....	1.657
Argentina.....	56.442	Guyana.....	845	Portugal.....	158.342
Austrália.....	120.711	Guyana Fr.....	30.189	Qatar.....	186
Áustria.....	5.323	Haiti.....	40/1215*	Quênia.....	240
Barbados.....	80	Holanda.....	16.030	Rep. do Congo.....	91
Bélgica.....	14.642	Hungria.....	323	Rep. Checa.....	258
Bolívia.....	13.770	Índia.....	182	Rep. da Coréia.....	550
Bulgária.....	46	Indonésia.....	270	Romênia.....	116
Cabo Verde.....	81	Inglaterra.....	200.070	Rússia.....	570
Camarões.....	80	Iran.....	74	Senegal.....	505/1*
Canadá.....	28.856	Irlanda.....	9.481	Síria.....	3.058
Chile.....	15.890	Israel.....	20.004	Sudão.....	24*
China.....	2.305	Itália.....	166.294	Suécia.....	6.005
Cingapura.....	824	Japão.....	328.279	Suíça.....	15.000
Colômbia.....	2.225	Jordânia.....	1.462	Suriname.....	20.615
Costa do Marfim.	3*	Kwaite.....	208	Tailândia.....	351
Costa Rica.....	1.101	Libéria.....	3*	Taiwan.....	1.410
Egito.....	410	Líbia.....	124	Timor Leste.....	408/4*
El Salvador.....	381	Malásia.....	114	Trinidad Tobago.....	332
E. Árabes.....	600	Marrocos.....	147	Tunísia.....	86
Equador.....	1.896/5*	México.....	1.492	Turquia.....	266
Eritreia/Etiópia....	5*	Moçambique.....	3.001	Ucrânia.....	74
Espanha.....	125.270	Namíbia.....	52	Uruguai.....	334.129
EUA.....	1.579.620	Nepal.....	7*	Venezuela.....	4.185
Ex-Iugoslávia.....	26	Nicarágua.....	298/6*	Vietnam.....	50
Filipinas.....	683	Noruega.....	2.886	Zimbábue.....	88
Finlândia.....	534	N. Zelândia.....	3.759		
França.....	35.255	Panamá.....	1.090		

Fonte: BRASIL, 2005c.

* Militares em operação de paz